



SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS

NÍLTON CÉSAR RODRIGUES SOARES

**A PRESENÇA E O COMPORTAMENTO DE POLÍTICOS ORIUNDOS
DA BUROCRACIA DO SETOR PÚBLICO NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS NAS 51ª E 52ª LEGISLATURAS**

Brasília- DF

2008



**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

NÍLTON CÉSAR RODRIGUES SOARES

**A PRESENÇA E O COMPORTAMENTO DE POLÍTICOS ORIUNDOS
DA BUROCRACIA DO SETOR PÚBLICO NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS NAS 51ª E 52ª LEGISLATURAS**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política.

Orientador: Professor Caetano
Ernesto Pereira de Araújo

Brasília
2008

**A PRESENÇA E O COMPORTAMENTO DE POLÍTICOS ORIUNDOS DA
BUROCRACIA DO SETOR PÚBLICO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS 51ª
E 52ª LEGISLATURAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Ciência Política realizado
pela Universidade do Legislativo Brasileiro no 1º semestre de 2008.

Aluno: NÍLTON CÉSAR RODRIGUES SOARES

Banca examinadora

CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO – ORIENTADOR

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Brasília, 3 de dezembro de 2008.

*À minha esposa, Gláucia e a meus
filhos Bruno, Marco, Júlio e Glauco, pelo
banquete diário que é estar com vocês.*

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do curso de Ciência Política pelos conhecimentos passados, seja por meio de suas aulas, conversas ou pela leitura recomendada.

Ao Professor Paulo Kramer pelas sugestões de leitura que contribuíram para dar início a este trabalho.

Ao Professor Caetano, pela atenção e pela contribuição efetiva que deu para a realização deste trabalho, estimulando a pesquisa e orientando a análise dos dados.

Ao colega André Eduardo pelo apoio dado ao longo de todo o curso.

E à equipe de apoio da Unilegis, em especial à Gabriele, pela presteza e cortesia no atendimento

“Negligenciar o campo do pensamento político porque seu tema instável, de limites enevoados, não pode ser aprendido pelos conceitos fixos, modelos abstratos e finos instrumentos adequados à lógica ou à análise lingüística – exigir uma unidade de método na filosofia e rejeitar tudo o que o método não possa tratar com sucesso – é apenas permitir-se ficar à mercê de crenças políticas primitivas e não criticadas. Só um materialismo muito vulgar nega o poder das idéias e afirma que os ideais são meros interesses materiais disfarçados. Talvez, sem a pressão de forças sociais, as idéias políticas sejam natimortas: o certo é que essas forças, a não ser que se cubram de idéias, continuam cegas e sem direção.”

Isaiah Berlin

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar e estudar a presença de parlamentares, eleitos para a Câmara dos Deputados, que são oriundos da burocracia do setor público. Para tanto, são levantadas informações como: o quanto representam em relação à totalidade da Casa, sua distribuição nos partidos políticos e participação relativa deste grupo em cada partido. Com base nas informações sobre os deputados e as informações relativas a votações nominais de duas legislaturas, verificar o comportamento do grupo escolhido em relação a temas sensíveis à burocracia estatal. A hipótese a ser testada é se os deputados oriundos da burocracia estatal, com sua vivência anterior em um ambiente regido pela hierarquia e pela disciplina, votam de acordo com a orientação partidária ou se comportam de forma corporativa. Conforme apresentado neste trabalho, com base em estudos realizados por pesquisadores como Carvalho (2007), Paim (2000) e Nunes (1997), verifica-se que a presença de políticos, oriundos da burocracia estatal, é um fenômeno histórico. Pode-se dizer que é um fenômeno que tem origem na formação do Estado moderno português. Um ponto que deve ser destacado é que, mesmo dentro deste grupo estudado, houve migração de parlamentares dos dois principais partidos de oposição para os chamados partidos da base aliada. Isto pode significar que a proximidade com o Executivo é um elemento importante para muitos deputados, inclusive para a liberação de recursos para a execução de emendas parlamentares.

Palavras-chave: Burocracia; Comportamento; Partidos; Políticos; Votações.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A BUROCRACIA SEGUNDO MAX WEBER.....	12
3. A PRESENÇA DA BUROCRACIA NA POLÍTICA BRASILEIRA	17
4. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS DEPUTADOS	22
4.1 INTRODUÇÃO	22
4.2 O FUNCIONAMENTO GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS ..	23
4.3 LEVANTAMENTO GERAL DOS DEPUTADOS DA CÂMARA.....	24
4.4 AS AUSÊNCIAS NAS VOTAÇÕES	27
4.5 TIPOS DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS.....	29
4.6 DISCIPLINA PARTIDÁRIA E O PAPEL DO ORÇAMENTO	31
4.7 RELACIONAMENTO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO	33
4.8 A TRAMITAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA	35
4.9 ENFOQUES INSTITUCIONAIS SOBRE A GOVERNABILIDADE....	36
5. ANÁLISE DO LEVANTAMENTO	39
5.1 INTRODUÇÃO	39
5.2 PERÍODO 1999-2003 – 51ª LEGISLATURA.....	42
5.3 PERÍODO 2003-2007 – 52ª LEGISLATURA	46
5.4 AUSÊNCIAS ENTRE OS PARLAMENTARES	53
6. CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA.....	63
ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar e estudar a presença de parlamentares, eleitos para a Câmara dos Deputados, que são oriundos da burocracia do setor público. Para tanto, são levantadas informações como: o quanto representam em relação à totalidade da Casa, sua distribuição nos partidos políticos e participação relativa deste grupo em cada partido.

O objetivo específico é, com base nas informações sobre os deputados e as informações relativas a votações nominais de duas legislaturas, verificar o comportamento do grupo escolhido em relação a temas sensíveis à burocracia estatal.

A hipótese a ser testada é se os deputados oriundos da burocracia estatal, com sua vivência anterior em um ambiente regido pela hierarquia e pela disciplina, votam de acordo com a orientação partidária ou se comportam de forma corporativa.

A escolha deste tema se deve a um possível dilema que decorre dos tipos de habilidades e características que são desenvolvidas no exercício de um cargo na burocracia estatal em comparação com as habilidades e características necessárias para uma carreira política.

Para Max Weber, a burocracia é a forma de administração predominante no Estado moderno, em função das características do modelo burocrático que suprem as necessidades do Estado.

A burocracia é um sistema racional, isto é, segue uma lógica previsível, em razão de seus agentes atuarem com base em regulamentos (leis ou normas administrativas) escritos, fornecendo aos funcionários responsáveis a capacidade de dar e executar as ordens, bem como o limite de sua atuação.

A burocracia funciona, então, por meio de uma hierarquia, isto é, uma cadeia de comando, de forma impessoal na qual o funcionário não é dono do cargo que ocupa, isto é, o cargo existe independente de quem o ocupa. Este é um ponto fundamental no Estado moderno, pois decisões e julgamentos não podem ser tomados com critérios que não estejam em regulamentos.

Outro ponto diz respeito à necessidade de treinamento e conhecimentos específicos para o exercício dos cargos. O burocrata é um perito, que precisa conhecer profundamente os regulamentos do seu cargo para bem exercê-lo. É

treinado para conhecer os meios disponíveis para que uma decisão seja bem implementada. Para Weber, o político, nos embates parlamentares, nas disputas eleitorais, treina sua capacidade de tomar decisões sobre os fins, os objetivos.

Haveria, então, um conflito entre o burocrata (o perito) e o político (o dileitante). Para Weber, a burocracia não seria “neutra”, isto é, ela procura ampliar o seu poder, utilizando o seu conhecimento e as informações que reúne sobre o funcionamento do aparelho administrativo. Os políticos, e neste caso refere-se aos poderes de controle dos Parlamentos, devem exercer este controle como forma de contrabalançar o poder da burocracia.

No caso brasileiro, a participação de burocratas na política é um fenômeno histórico, com raízes na tradição portuguesa. O aparato burocrático de Portugal incorporou nobres empobrecidos que passaram a obter suas rendas por meio de prestação de serviços ao Estado. Em função de sua origem, fortaleceram a atuação da burocracia estatal.

Além deste fato, historiadores apontam que as reformas conduzidas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, fortaleceram ainda mais o poder e a influência da burocracia portuguesa e, conseqüentemente a brasileira.

Ao longo do período imperial, a presença de burocratas na política, especialmente de magistrados e de militares, foi marcante, tanto no Poder Executivo quanto nas duas casas do Congresso brasileiro.

Meio século depois, ao fim do Estado Novo de Getúlio Vargas, onde com o fechamento do Congresso Nacional as decisões eram discutidas em “comissões técnicas”, dois partidos, que viriam a protagonizar a cena política entre 1945 e 1964, são fundados a partir da máquina burocrática do Estado.

Portanto, a presença de burocratas na política brasileira não se constitui exceção. É até motivo de elogios da imprensa quando o chefe de algum Executivo (federal, estadual ou municipal), nomeia um “técnico” (perito) para um determinado cargo executivo (ministro ou secretário), como se a nomeação de um político não fosse trazer resultados tão bons quanto à de um técnico.

Diante deste quadro, o que esperar da atuação de um parlamentar que exerceu cargos na burocracia pública? Os hábitos, que adquiriu como burocrata, vão influenciar na sua atuação parlamentar? Vão atuar no interesse da burocracia, aprovando leis que aumentem o seu poder na administração do Estado? Neste caso, vão seguir a orientação partidária ou vão confrontá-la?

Os parlamentares estudados são os oriundos da burocracia do setor público. Aqueles que tiveram passagem apenas em burocracias do setor privado, isto é, empresas privadas, sindicatos ou igrejas, por exemplo, não fazem parte do rol de parlamentares deste trabalho.

Foram escolhidas duas Legislaturas recentes (51^a e 52^a) para analisar a participação de deputados federais, oriundos da burocracia do setor público, no parlamento brasileiro, quantificando a presença numérica deste segmento, e o comportamento, dentro dos partidos a que pertencem, em relação a temas de interesse da burocracia do setor público. Para os objetivos deste trabalho foram escolhidas cinco votações nominais de cada legislatura.

As legislaturas analisadas diferem-se em relação aos blocos de apoio aos governos. Na 51^a legislatura, PSDB e PFL eram os principais partidos de apoio, e o PT o principal partido de oposição. Na 52^a legislatura estes papéis invertem-se. Este fato contribui para a análise proposta neste estudo.

Ressalta-se que todos os dados levantados (votações, matérias votadas, do tipo de votação, bem como os dados dos parlamentares) foram obtidos diretamente da Câmara dos Deputados, isto é, são dados primários que receberam o tratamento necessário para este estudo.

Para a seleção dos parlamentares foram utilizadas as publicações “Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico” referentes às 51^a e 52^a legislaturas. Foram selecionados aqueles que relatavam experiências em órgãos públicos ou empresas estatais, em cargos cujo ingresso não fosse por livre nomeação, a fim de caracterizar o vínculo funcional. Isto foi necessário já que muitos relatavam como profissão a formação acadêmica, mas a atuação profissional era em algum órgão público. Obviamente também foram selecionados aqueles que declaravam explicitamente serem servidores ou funcionários públicos.

Procurou-se analisar os dados em função da literatura existente sobre atuação parlamentar, fidelidade partidária, relacionamento do Executivo com o Legislativo, entre outros pontos que são objeto de estudo da ciência política contemporânea no Brasil.

2. A BUROCRACIA SEGUNDO MAX WEBER

Max Weber (2002) estudou o fenômeno da burocracia em suas análises sobre o poder. Para ele a burocracia vinha substituir outras formas de administração do Estado. Entre outras razões que Weber discorre em seus trabalhos, a burocracia acompanha a chamada democracia de massa, tendo em vista a busca de igualdade (“igualdade perante a lei”) deste tipo de sistema.

Para Weber, o Estado moderno propicia as condições para o desenvolvimento da burocracia. Esta não é apenas um fenômeno do setor público, mas também das entidades privadas. Neste caso ele denomina de “administração burocrática” para diferenciar de “autoridade burocrática”, afeta ao setor público.

Segundo Weber, a burocracia apresenta as seguintes características:

- 1) A burocracia atua em áreas fixas e oficiais, baseada em regulamentos (leis ou normas administrativas). As atividades regulares são distribuídas de forma fixa (deveres oficiais) que são executadas por meio de ordens. Estas são dadas por funcionários ou autoridades que têm os meios de fazê-las serem cumpridas (coerção). No entanto, a própria norma delimita a autoridade.
- 2) Há um sistema ordenado de mando e execução (hierarquia). Os cargos existem independentemente de quem os ocupa.
- 3) A administração de um cargo é baseada em documentos escritos. Weber chama, no caso de um cargo público, de “repartição”, isto é, o conjunto formado por um grupo de funcionários que ocupam um cargo e os arquivos de documentos.
- 4) Necessidade de treinamento especializado para o exercício do cargo.
- 5) Plena capacidade de trabalho do funcionário para o exercício da atividade oficial (dedicação integral).
- 6) O desempenho do cargo é regulado por regras oficiais. Estas regras podem ser objeto de aprendizado, que é o aprendizado técnico especial.

À medida que as tarefas administrativas vão-se ampliando, vão sendo propiciadas as condições para o desenvolvimento da burocracia. Para Weber a burocracia apresenta vantagens técnicas sobre as outras formas de organização, a

saber: precisão, velocidade, clareza, conhecimentos dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução dos atritos e dos custos, de material e pessoal. Na burocracia o princípio da especialização é plenamente aplicado. Para Weber, “o cumprimento ‘objetivo’ das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo *regras calculáveis* e ‘sem relação com pessoas’”.

Esta é uma das principais qualidades do modelo burocrático, que ficou conhecido como impessoalidade. O tratamento dado a qualquer pessoa deve ser aquele prescrito nas normas, independentemente de quem ela seja, isto é, o burocrata deve estar atento à igualdade de tratamento perante a lei.

As leis devem ser interpretadas de forma racional, por meio de conceitos formais e não de acordo com a vontade de quem a estiver aplicando. O trabalho profissional se sobrepuja aos tratamentos honoríficos ou herdados.

A burocracia funciona com funcionários regidos por um “princípio de impessoalidade”, devidamente treinados e capacitados, com conhecimento técnico especializado sobre as atividades que desenvolvem e que recebem uma remuneração pecuniária fixa por seu trabalho ao qual se dedicam integralmente. Outro ponto é a continuidade das atividades burocráticas, que Weber chama de “caráter permanente da máquina burocrática”

Weber entende então que, ao se estabelecer plenamente, a burocracia se coloca entre as estruturas mais difíceis de serem destruídas. Ela viabiliza a transformação de intenções em ações, de forma racional e ordenada. É, portanto, um instrumento de poder para quem a controla.

No entanto há uma relação de interdependência entre o burocrata, a burocracia propriamente dita (a máquina burocrática), os governantes e os governados. O burocrata, analisado individualmente, tem uma relação de dependência com sua atividade. Weber entende que ele é apenas uma “engrenagem” num mecanismo em constante movimento, isto é, não possui autonomia de ação. Embora este mecanismo dependa, em parte, do desenvolvimento das tarefas especializadas executadas pelo funcionário, este não detém o poder de iniciar sua ação ou detê-lo, que é uma prerrogativa de quem está no mais alto comando. No entanto, cada funcionário está ligado ao outro, formando uma comunidade, no entender de Weber. Daí decorre o interesse comum de “fazer

que o mecanismo continue suas funções e que a autoridade exercida socialmente continue.”

Por outro lado, ao iniciar seu funcionamento, o mecanismo burocrático cria uma dependência para os governados difícil de romper. Todas suas atividades são frutos de um treinamento especializado, baseado em normas, cujo domínio é adquirido de forma gradual pelo funcionário. É difícil improvisar substituições em razão de que o substituto deva ter o mesmo nível de conhecimento do titular.

Weber entende que as características da burocracia, como a remuneração pecuniária feita pelo Estado, e não pelo governante, a necessidade de um conhecimento especializado para o exercício do cargo, bem como as limitações da atuação do burocrata às normas, garantem a disciplina (*“grupo de atitudes do funcionário, de obediência precisa dentro de sua atividade **habitual**”*) dos burocratas que, para Weber, é a base de toda ordem.

Apesar da disciplina dos burocratas, Weber entende que a burocracia tem noção precisa do seu poder. No entanto, este poder na sociedade não se comporta de uma maneira diretamente proporcional ao seu desenvolvimento, apesar de ela ser *“o meio de poder mais tecnicamente desenvolvido nas mãos do homem que a controla.”* A seguinte passagem do texto de Weber é esclarecedora:

Em condições normais, a posição de poder de uma burocracia plenamente desenvolvida é sempre predominante. O “senhor político” encontra-se na posição do “diletante” que se opõe ao “perito”, enfrentando o funcionário treinado que se coloca dentro da direção da administração. Isso é válido, quer o “senhor” no qual a burocracia serve seja um “povo” equipado com as armas da “iniciativa legislativa”, o “referendo”, e o direito de afastar funcionários, ou um parlamento eleito em base mais “aristocrática” ou mais “democrática” e equipado com o direito de votar a falta de confiança ou com a autoridade real de votá-la. É válido quer o senhor seja um órgão aristocrático, colegiado, baseado legal ou praticamente no auto-recrutamento, quer seja um presidente eleito pelo povo, um monarca hereditário e “absoluto” ou “constitucional.”

No entender de Weber, há um conflito entre aquele que governa e a burocracia, conflito este que ele entende ser decorrente de suas formações e

treinamentos. Ele contrapõe estas visões como um conflito entre o *diletante* e o *técnico*. A questão que se coloca é como o governante pode controlar o aparelho burocrático e não se tornar refém dos “peritos”. Weber lembra que no caso de uma empresa privada, o conhecimento especializado dos grupos de interesse econômico é superior ao conhecimento da burocracia, pois isto é essencial para a sobrevivência de seus negócios. Weber lembra que um erro de cálculo de um burocrata não traz consequência econômica direta para ele, o que no caso da empresa não acontece, já que um erro de avaliação leva a um prejuízo imediato.

Infere-se, então, que o governante deve atuar de forma semelhante ao dos grupos de interesses econômicos privados, que detém o conhecimento específico de sua atividade e com isso, arcam com o resultado de suas decisões. Para Weber, a ampliação dos poderes de investigação do Parlamento é uma forma eficaz de se controlar possíveis desmandos da máquina burocrática.

A burocracia é consciente de seu poder (que é baseado no conhecimento técnico especializado), sabe exercê-lo e procura ampliá-lo. Utilizando a metáfora da máquina, o conhecimento do burocrata faz com que suas engrenagens se movimentem, porém a burocracia não tem o poder de decidir o caminho que a máquina vai trilhar nem que rumo vai seguir. Esta é uma escolha daqueles que governam, e que em Estados democráticos de direito são eleitos como mandatários do povo.

Neste caso, pode haver conflito entre as visões dos governantes e a da burocracia. No entanto não se pode esquecer que o burocrata, ao tomar uma decisão, tomando como parâmetro as normas e o conhecimento especializado, eximi-se das consequências negativas que porventura venham a ocorrer. Logo, não arca com o prejuízo de sua decisão. Um governante, pelo contrário, arca com o prejuízo de suas decisões, como perda de prestígio e não re-eleição. Weber (2002, p. 67) apresenta o seguinte entendimento:

*Segundo sua vocação, o funcionário autêntico – e isso é decisivo para a avaliação de nosso antigo regime – não se dedicará à política. Deve dedicar-se, de preferência, à “administração” imparcial. Isso também é válido para o chamado administrador “político”, pelo menos oficialmente, na medida em que a **raison d’etat**, ou seja, os interesses vitais da ordem dominante não estiverem em causa. **Sine ira et studio**, “sem ressentimento nem preconceito”, ele*

administrará seu cargo. Daí não fazer precisamente o que o político, o líder bem como o seu séquito, tem sempre e necessariamente de fazer, ou seja, lutar.

*Tomar uma posição, ser apaixonado – **ira et studio** - é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do líder político. Sua conduta está sujeita a um princípio de responsabilidade muito diferente e, na verdade, exatamente contrário ao princípio do servidor público. A honra deste está em sua capacidade de executar conscienciosamente a ordem das autoridades superiores, exatamente como se a ordem concordasse com sua convicção pessoal. Isso é válido até mesmo se a ordem lhe parece errada e se, apesar dos protestos do servidor civil, a autoridade insiste nela. Sem esta disciplina moral e essa omissão voluntária, no sentido mais elevado, todo o aparato cairia aos pedaços. A honra do líder político, do estadista importante, porém, está precisamente numa responsabilidade **pessoal** exclusiva pelo que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir. É da natureza dos funcionários de alta posição moral serem maus políticos e, acima de tudo, no sentido político da palavra, serem políticos irresponsáveis. Nesse sentido, são políticos de baixa posição moral, como os que nós infelizmente tivemos numerosas vezes em posição de destaque. Foi a isso que chamamos de **Beamterherrschaft** (domínio do serviço público) e realmente nenhuma mancha existe na honra de nosso funcionalismo se revelarmos o que está politicamente errado no sistema, do ponto de vista do êxito.*

Diante deste quadro é que se indaga qual o comportamento de um parlamentar que foi um membro de alguma burocracia. Será ele mais disciplinado do que os outros parlamentares? Ficarà muito preso a normas e ao conhecimento técnico? Como conduzirá suas decisões? Atuará como um braço ampliado do poder da burocracia? Dará prioridade aos interesses corporativos?

São questões que precisam ser mais pesquisadas tendo em vista a presença e a influência dos burocratas na política brasileira, tanto ocupando postos chaves no Poder Executivo, quanto exercendo mandatos eletivos.

3. A PRESENÇA DA BUROCRACIA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Conforme já mencionado em relação às características da burocracia, o burocrata tem consciência do seu poder, e muitas vezes se coloca em conflito com o governante. Nestas situações, contrastam-se as posições de cada lado, que para Weber (2007), é o conflito entre o perito e o diletante.

A ampliação do poder da burocracia talvez seja um dos fatores que motivam muitos burocratas a ultrapassarem as “fronteiras” entre a política e a burocracia, ou seja, burocratas ingressando em partidos políticos, candidatando-se e elegendose para diversos cargos, num processo de burocratização da política.

A presença de burocratas no Parlamento não é um fenômeno apenas brasileiro. Estão presentes, em maior ou menor grau, em vários países. De acordo com Rodrigues (2002), algumas profissões ou ocupações estimulam aptidões e servem como treinamento para a política:

“...são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política. Não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória. Apesar dos dotes individuais sempre necessários, algumas profissões qualificam melhor para os debates parlamentares e público. Esse é particularmente o caso dos bacharéis em Direito, em especial na fase de sistemas políticos com participação eleitoral limitada”.

Rodrigues cita entre as profissões ou ocupações, além de advogados, os altos funcionários (não explicita de que setores), os professores, os jornalistas, os empresários e os sindicalistas.

Em relação à presença dos burocratas nos Parlamntos, Rodrigues (2002, p.120), informa que há uma variação muito grande desta presença. Segundo ele, na França eram 4% em 1946 e passaram para 18% em 1993. Por volta de 1990 eram 33% na Dieta japonesa e 11% na Câmara dos Comuns do Reino Unido e 5% do Parlamento israelense. Na Alemanha de Bonn eram 40% (não informa o período).

Percebe-se que não se trata de um fenômeno isolado, mas em relação à política brasileira, não se trata de um acontecimento recente. Pode-se dizer que a influência da burocracia remonta aos tempos em que o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. De acordo com dados de Carvalho (2007), ela foi predominante no período pós-independência e em praticamente todo o período imperial. E em dois períodos ditatoriais do século XX, a burocracia ganha relevância e até mais poder do que a classe política.

No período colonial, as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, a partir da ascensão de D. José I ao trono português, após a morte de D. João V, tinham o objetivo de promover a modernização de Portugal. Os detalhes das reformas e as motivações de Pombal não serão relatadas por não ser objeto deste trabalho. O que importa é a importância dada à burocracia estatal. De acordo com Paim (2000):

“A adesão de Pombal ao mercantilismo trouxe conseqüências perversas para a nossa história, uma vez que, admitindo a riqueza em mãos do Estado, eximiu-se de criticar a tradição precedente que combatia a riqueza em geral e o lucro. Essa circunstância, embora correspondesse ao início de uma nova tradição, nem de longe revogou ou abalou a antiga. A admissão da posse de riquezas em mão do Estado, passou a coexistir com a velha tradição, crescentemente dirigida contra o empresariado privado.

Pombal também deu à burocracia estatal uma grande supremacia em relação aos outros grupos sociais. O Estado português, que era tipicamente um Estado patrimonial, isto é, parte do patrimônio do príncipe e não um órgão a serviço da sociedade, passou a atribuir-se a função de promover a modernização econômica (de modo prevalecente) como algo que deveria beneficiá-lo diretamente”.

Carvalho (2007) também entende que a revolução burguesa tardia, em alguns países, induziu a uma maior participação do Estado na promoção da unidade nacional e do próprio desenvolvimento capitalista. Daí resultou a necessidade de uma burocracia estatal mais preparada.

No caso de Portugal, Carvalho (2007) destaca que o predomínio da burocracia foi bastante acentuado. O enfraquecimento da nobreza rural e as

aventuras marítimas, a partir do reinado de D. João I (1385), lançaram os nobres empobrecidos ao serviço do Rei ou em empresas comerciais. Ele aponta, também, o papel exercido por juristas e magistrados na administração de Portugal e depois na do Brasil

Para ele a burocracia fazia parte de um grupo homogêneo, “*uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do Direito na Universidade de Coimbra*”. Este predomínio de juristas, com forte influência em suas formações do Direito Romano, levava a priorizar a justificação do poder real e à montagem do arcabouço legal dos Estados, levando a criação de grandes códigos legais.

Carvalho (2007) considera que as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, que ele entende como parte do Iluminismo português, inseria-se no contexto de fortalecimento do poder estatal, visando a recuperação da economia portuguesa, decadente em razão do declínio do ciclo do ouro.

A Universidade de Coimbra continuava a ser um centro de treinamento da elite portuguesa e de brasileiros. As reformas promovidas pelo Marquês de Pombal levaram à formação de grupos de cientistas, mas que também mantinham um comportamento semelhante aos dos juristas, isto é, “*dentro das perspectivas do serviço público*”.

A preocupação de Carvalho é demonstrar a importância da formação acadêmica para a unidade das elites, apesar de não haver homogeneidade em relação a origem social. Não era preocupação de Carvalho destacar a presença da burocracia na política.

Carvalho realiza uma extensa pesquisa em que apresenta a ocupação de Ministros, Senadores e Deputados no período imperial. Para efeito de comparação, serão destacados os dados relativos aos Deputados. De acordo com Carvalho (2007), em 1826, 39% dos deputados eram ligados ao governo, sendo que 27% eram magistrados e 9% eram militares. Em 1850, 47,75% dos deputados eram ligados ao governo, sendo que 38,74% eram magistrados e 7,21% eram militares. Esta participação começa a decair. Em 1886 os magistrados correspondiam a 6,4% e os militares a 1,60%.

Simultaneamente, neste período, os deputados ligados a profissões liberais passam de uma participação de 6% em 1826 para 35,20% em 1886, e os “bacharéis” passam de 8%, em 1826 para 46,4% em 1886. Coincidentemente trata-se do início de um período mais liberal na economia brasileira, que passa a ser

retratada na representação da Câmara. Este fato é corroborado por Carvalho (2007), que, ao analisar a elite política norte-americana observa que:

“Os advogados, em contraste com os juristas, são típicos produtos da revolução burguesa e da política liberal, pois são profissionais da representação de interesses. Atribuir a eles a representação política era apenas ampliar uma atividade que exerciam nas relações sociais e econômicas”.

No período do Estado Novo, o governo procurou implantar um modelo burocrático profissional. O Estado Novo propunha a prevalência da técnica sobre a política. As atividades políticas seriam substituídas por trabalhos técnicos em conselhos de grupos profissionais e econômicos. Os partidos seriam substituídos por câmaras organizadas por um Estado forte. Estado forte e autoritário, já que a liberdade de organização política foi suprimida.

. Ao fim da ditadura de Vargas, há o ressurgimento dos partidos políticos. Fausto (2008) relata o surgimento de dois dos principais partidos políticos do período de 1945 a 1964, que reforçam a tese do poder e da influência da burocracia na política brasileira:

“A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores nos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD) em junho de 1945.

Afinal, em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical.”

Para Nunes (1997), os políticos eram vistos como os responsáveis pelo atraso e pela corrupção brasileira. Então, a especialização e o universalismo de procedimentos (dois elementos da burocracia) eram vistos como formas de se combater esta situação.

Como se sabe, apesar de manter o Congresso em funcionamento, o regime militar reduziu a importância dos políticos. De acordo com Nunes (1997), até 1964 quase 60% dos ministros civis tinham experiência legislativa. No governo de Castelo Branco esta participação caiu para 32%, depois para 26% no governo

Costa e Silva e assim, sucessivamente, até chegar a 12% no governo de João Figueiredo.

Já a categoria chamada por Nunes (1997) de tecnoburocrática passa de 28% no governo de João Goulart para 48% no governo de Castelo Branco, atingindo 85% no governo de João Figueiredo.

4. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS DEPUTADOS

4.1 introdução

A literatura existente sobre burocracia e representantes políticos (parlamentares) não trata, especificamente, da interseção entre estes dois elementos (o burocrata que se transforma em um político). Há trabalhos cujo foco da abordagem é a burocracia no desempenho de suas funções e seu poder dentro do processo, mas não como um elemento principal nesta arena. Há abordagens que enxergam a atuação da burocracia de forma negativa, basicamente as ligadas as abordagens conhecidas como *public choice*. Os defensores desta abordagem enxergam a atuação da burocracia como uma ação voltada para seus próprios interesses.

Por outro lado, há muitos trabalhos cujo objeto de estudo é o Parlamento: seu funcionamento, o relacionamento com os outros Poderes, especialmente o Poder Executivo, a dinâmica partidária, a capacidade de aprovação de projetos, entre outros temas. Nestes estudos, sobre o comportamento do parlamentar, há abordagens a respeito dos incentivos para votação e fidelidade partidária, por exemplo, mas há poucos estudos sobre o perfil dos parlamentares. Nestes, o enfoque sobre sua formação acadêmica ou sua profissão anterior ao mandato são basicamente descritas como origem do recrutamento partidário. Não abordam a influência desta formação anterior no comportamento dos parlamentares.

A imprensa em geral noticia a existência de alguns tipos de bancadas “informais”: ruralistas, da saúde, dos evangélicos são as mais citadas. Destas, a que aparenta ser mais atuante, é a bancada ruralista, em função de demandas constantes para o setor, como a necessidade de crédito para custeio, infra-estrutura de transporte, estocagem, vigilância sanitária, entre outras demandas. Já as outras duas só aparecem no noticiário em momentos pontuais.

Os deputados que tiveram passagem pela burocracia do setor público não são tratados como uma bancada. Isto talvez decorra do fato de que a presença de burocratas no Parlamento não ser algo anormal. No entanto, o treinamento e os hábitos que adquirem no exercício de um cargo na burocracia do Estado podem

influenciar o comportamento como parlamentar. O respeito à hierarquia e a disciplina podem ser importantes para a sua valorização em partidos com o processo decisório mais centralizado.

4.2 O Funcionamento geral da Câmara Dos Deputados

Cintra e Lacombe (2007) tem o objetivo de apresentar uma visão global sobre a Câmara dos Deputados. Aborda questões relativas às previsões constitucionais a respeito da organização da Casa, sua composição em relação à origem social dos Deputados eleitos, a sua estrutura e a forma como as proposições tramitam.

Esta visão geral serve como marco para se entender as limitações existentes para a atuação parlamentar, seja ela individual ou partidária, bem como das possibilidades de atuação do Executivo em relação a capacidade de impor suas preferências. A partir desta visão panorâmica os autores passam a analisar as diferentes abordagens consagradas pela Ciência Política sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados, por meio do estudos de uma extensa coletânea da literatura especializada.

Analisa as abordagens a respeito do comportamento e da atuação dos partidos, em relação aos argumentos das abordagens da coesão ou fragmentação do sistema partidário. Apresentam argumentos relativos a: disciplina partidária, o papel dos líderes de bancadas, a clivagem relativa a coalizão de apoio e oposição ao governo, entre outros, utilizando os resultados das votações nominais em plenário como parâmetro de verificação.

Também são analisadas outras abordagens sobre o tema, como por exemplo o argumento de que os partidos são, na verdade, frutos do sistema eleitoral vigente (eleições proporcionais com possibilidade de coligações), no qual se dá mais relevância aos candidatos do que aos partidos. A votação nominal seria apenas o ponto final de uma série de acordos prévios que não são considerados pelas abordagens anteriores.

Os autores também apontam algumas questões que ainda não estaria sendo devidamente tratadas pela literatura, como a relação entre a disciplina partidária e a ideologia dos deputados e dos partidos.

O trabalho destes autores busca entender o funcionamento da Câmara dos Deputados por meio do estudo das diferentes abordagens dos cientistas políticos, apontando seus argumentos mais relevantes, não se esquecendo de indicar os pontos que merecem mais atenção da academia.

Observa-se que o tema proposto ainda não foi diretamente abordado pelos diversos autores que enfocam seus trabalhos na atuação da Câmara dos Deputados, do comportamento do Poder Legislativo e de seu relacionamento com o Poder Executivo. Por outro lado os autores que estudam a burocracia pública enfatizam o trabalho destas, ou suas pressões para a manutenção de seus interesses, sem abordar as possibilidades de pressão da corporação quando são eleitos deputados, membros destas corporações.

4.3 Levantamento geral dos deputados da Câmara

Um autor que faz o levantamento das profissões e formação acadêmica dos deputados é Leôncio Martins Rodrigues. Seu objetivo era fazer um diagnóstico da composição da Câmara dos Deputados em relação às profissões declaradas pelos eleitos. Rodrigues (2002), ao fazer o levantamento das profissões e ocupações dos deputados federais eleitos, realizou um extenso estudo da Câmara dos Deputados, na 51ª Legislatura, procurando identificar a composição dos principais partidos políticos. Para este trabalho utilizou como base a publicação “Deputados brasileiros – repertório biográfico” da Câmara dos Deputados, agrupando os deputados pelos partidos pelos quais foram eleitos.

O principal objetivo de Rodrigues é estabelecer uma relação entre os meios sociais e ocupacionais de recrutamento partidário com as orientações político-programáticas dos partidos. A metodologia utilizada por Rodrigues não considerava a burocracia do setor público como um todo, atribuindo a parcelas desta categoria profissional certa singularidade, como por exemplo, considerar os professores (mesmo os da rede pública, com vencimentos pagos pelo Estado e que obedecem a regras e normas para o exercício de seu cargo) como uma ocupação/profissão separada do quadro de funcionários públicos.

Em razão desta escolha, Rodrigues (2002, p.75) considera que as ocupações governamentais representavam 17,5% da composição de deputadas da 51ª Legislatura. Para ele, professores do ensino público superior correspondiam a

6,4% da composição da Câmara dos Deputados, enquanto a parcela que ele classificava como “outros professores” representavam 9,4% desta composição. Se estes percentuais forem agregados, tem-se o valor de 33,3%, próximo ao encontrado neste estudo, como será visto.

Para ele, a composição da Câmara se modifica em função dos diferentes perfis profissionais dos partidos vencedores. A composição dos partidos depende do lugar em que cada um ocupa no espectro político (direita/esquerda). Trata-se de um trabalho referencial, que serve como base para, em conjunto com outras abordagens, entender o comportamento de um parlamentar ou de grupos de parlamentares. Rodrigues defende a tese de que há uma relação consistente e coerente entre os meios sócio-ocupacionais de recrutamento partidário e as orientações político-programáticas dos partidos, tomando como referência a escala ideológica direita-centro-esquerda.

A escolha dos partidos foi feita, em primeiro lugar, pelo critério quantitativo, isto é, o número de cadeiras obtidas na eleição, e em seguida, pelo lugar que o partido ocupa no espectro ideológico. Neste ponto o autor ressalva que o PTB obteve naquela eleição mais cadeiras do que o PDT, mas por não ter, na opinião do autor, uma identidade ideológica bem definida, optou-se por escolher o PDT para a análise, compondo com o PT a dupla de partidos de esquerda. PFL e PPB foram agrupados como partidos de direita e PSDB e PMDB como partidos de centro.

Os resultados globais apontavam que 28,5% dos deputados dos partidos analisados eram classificados como empresários urbanos, seguido de profissionais liberais tradicionais (27,1%), professores (15,8%), empresários rurais (10,1%), e altos funcionários de governos estaduais (9,0%), entre as principais ocupações.

Para ele, a macro-classificação empresários, concentrava-se nos chamados partidos de direita, 63,6% do total, sendo que esta ocupação correspondia a 68,4% do PPB. Também eram representativos em partidos de centro, 42,3%. Já os profissionais liberais eram mais representativos em partidos de esquerda (33,3%) e de centro (30,2%). Já os profissionais do magistério concentravam-se em partidos de esquerda (29,7%), e correspondiam a 33,9% da bancada do PT.

O autor também faz um paralelo entre as eleições proporcionais e as para Presidente da República, concluindo que elas possuíam dinâmicas próprias, embora as candidaturas para a Presidência pudessem ter uma influência positiva nas eleições proporcionais. Para ele, os arranjos locais, com a preponderância das

candidaturas a governador, pareciam ter uma maior influência nas eleições para deputados federais.

Em trabalho posterior (“Mudanças na classe política brasileira”) Rodrigues (2006) estuda a composição da Câmara dos Deputados para a 52ª Legislatura (2003-2007), em termos sócio-ocupacionais, comparando com o trabalho anterior.

Segundo ele, houve um crescimento dos chamados partidos de esquerda, acompanhando a vitória eleitoral de Lula para a Presidência da República. O autor passou, então, a acreditar que existe uma correlação entre a vitória do candidato majoritário e a eleição de um maior número de candidatos a deputados federais alinhados com suas idéias.

O foco de estudo do autor continua nas fontes de recrutamento dos partidos políticos. No entanto, diferentemente do outro trabalho, ele não concentra seus estudos em apenas nos seis maiores partidos políticos. Agora, sua preocupação é em dar uma ampla visão do perfil sócio-ocupacional da Câmara dos Deputados.

Rodrigues dá uma ênfase mais profunda no que ele denomina “as profissões da profissão política”, isto é, que segmentos ocupacionais são os maiores fornecedores de futuros políticos. O autor passa, então, a fazer uma comparação entre as principais ocupações dos deputados eleitos para as 51ª e 52ª Legislaturas. Segundo ele, as profissões mais apontadas entre os deputados eleitos foram: empresários (urbanos e rurais), profissionais liberais, empregados do setor público e magistério. Mais uma vez a categoria magistério foi destacada, em que pese que a maior parte daqueles profissionais serem empregados do setor público.

Para ele, estas atividades profissionais proporcionam certas condições que favorecem o ingresso no mundo político, como horários flexíveis e controle da jornada de trabalho que proporcionam mais tempo para reuniões, conchavos, contatos com eleitores potenciais, cabos eleitorais e outros políticos. Em suma, atividades que proporcionam a formação de uma rede de apoios, essencial para quem quer participar de uma eleição com chances de sucesso.

Também aponta como importantes fontes secundárias de recrutamento partidário, as ocupações de comunicadores em geral, profissionais religiosos, apontando a existência de uma “bancada evangélica”, além de empregados não manuais em serviço, destacando-se, neste caso, os bancários, embora muitos deles oriundos de bancos do setor público, além de técnicos, operários, lavradores entre outras ocupações.

Dedicou um capítulo para analisar a presença de ex-sindicalistas na Câmara dos Deputados, nomeando este grupo como “bancada sindical”, que teria 53 membros, sendo que 43 foram eleitos pelo PT. Para ele, a presença de ex-sindicalistas representa um fator de popularização da classe política no Brasil, comprovando o avanço de setores da classe média assalariada no sistema político.

Aponta como “grande dúvida” a que vem da relação entre democratização social, a ascensão política e os reflexos na capacidade de governar.

No entanto, apesar desta constatação, o seu trabalho não deu ênfase à distribuição dos deputados-burocratas por partido, e nem o seu comportamento nas votações que envolviam interesses da corporação.

Em relação aos dados levantados, Rodrigues (2006, p.39) enumerou 657 profissões/ocupações na 51ª Legislatura e 663 profissões na 52ª Legislatura, o que significa que alguns deputados informaram mais de uma profissão. Com esta nova abordagem, ele identifica que, na 51ª Legislatura, o setor público forneceu 103 deputados, que correspondiam a 20,1% da Câmara, e na legislatura seguinte, este número subiu para 121 (23,6% da Câmara). Os professores (agregando todos os níveis) passaram de 81(15,8%) para 86 (16,8%).

Outros estudos relativos dão ênfase ao comportamento dos parlamentares, como em relação a tipos de proposição, fidelidade partidária e relacionamento do legislativo com o executivo.

4.4 As ausências nas votações

Nicolau (2000) analisou algumas votações nominais do período 1995-1998 na Câmara dos Deputados, procurando determinar o grau de disciplina partidária, a taxa de apoio dos partidos para as proposições oriundas do Executivo, e os resultados de votações de interesse do Executivo foram afetadas pela indisciplina e ausências. Selecionou, das 445 votações nominais do período, 65 que representavam matérias em que houve conflito entre os partidos políticos.

O autor lembra que a análise da atuação dos partidos políticos na Câmara dos Deputados no período pós-Constituição de 1988 já é um assunto bastante estudado. Em sua opinião, para entender o funcionamento do presidencialismo no Brasil, é importante investigar a relação entre disciplina partidária e o sucesso de aprovação de matérias de interesse do Executivo. Assim, procura também

investigar como as ausências dos deputados federais em votações nominais dificulta o trabalho do Executivo em aprovar seus projetos.

Como forma de depurar os dados, foram excluídas as votações nominais nas quais o lado majoritário obtivera pelo menos 90% dos votos, além das votações de requerimentos. De um total de 445 votações nominais no período, restaram 249 (56% do total) que compuseram o universo de trabalho do autor.

Para aferir a fidelidade dos deputados, tomou-se por base o encaminhamento de voto pelo líder do partido. O autor concluiu, então que, naquele período, os partidos poderiam ser distribuídos em três grupos: no primeiro, com taxas de disciplina semelhantes aos mais disciplinados partidos políticos europeus, estavam o PT e o PC do B; no segundo grupo, partidos com taxas próximas aos dos partidos americanos e dos partidos europeus menos disciplinados, estavam o PFL, PSDB, PDT, PSB e PTB; no terceiro grupo, com taxas abaixo das conhecidas na Europa e nos EUA, estavam PMDB, PPB e PL.

Para aferir a taxa de fidelidade às propostas do Executivo, o autor criou um índice de apoio ao governo, que é o resultado (em percentagem) da divisão do número de deputados que votaram com o líder pelo total de deputados do partido, e não apenas do número de deputados que compareceram à votação. Assim o índice procura capturar o “efeito ausência” na votação, para apurar a fidelidade.

O índice de apoio dos partidos em votações de interesse do Executivo e o índice de apoio, em função da proposição votada, foram levantados. Na primeira apuração, PFL e PSDB foram considerados os mais fiéis, com médias superiores a 77% das bancadas votando de acordo com a indicação do líder. Na segunda forma de apuração, o índice de apoio do PFL sobe para 86,5% e o do PSDB para 84,3%.

Para aferir a fidelidade partidária, tomou por base o acompanhamento ou não da bancada em relação à posição expressa pela liderança partidária. De acordo com o seu levantamento, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou uma percentagem média de 98,7% de fidelidade, atrás apenas do Partido Comunista do Brasil (PC do B), com percentual de fidelidade de 98,8%.

Já o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), principais partidos de apoio ao governo na ocasião, apresentaram taxas de 93,4% e 91,6% respectivamente. Já a taxa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi de 80,1%. Para Nicolau, a variação nas taxas de disciplina (fidelidade) de um partido estaria relacionada à “vida

organizacional dos partidos (grau de conflito doutrinário, presença de facções pró e antigovernistas, padrão de punição para os parlamentares que votam contra a indicação do líder do partido).”

4.5 Tipos de proposições apresentadas

O trabalho de Lemos (2001) estuda o comportamento dos parlamentares a partir de suas propostas para as áreas de educação e saúde no período de 1988 a 1994, procurando apontar as características das escolhas dos parlamentares.

Procura verificar se são apresentadas mais propostas “concentradoras” de benefícios, isto é, aquelas em que o eleitor se identifica como beneficiário da proposta, ou mais propostas de benefícios “difusos”, isto é, aquelas em que não há um beneficiário diretamente identificado.

A hipótese levantada é que os parlamentares procuram concentrar benefícios em indivíduos, grupos organizados (grupos de interesse) e nos seus distritos geográficos eleitorais. Esta hipótese parte da teoria que os parlamentares procuram racionalmente alcançar sucesso na carreira política buscando projeção, poder, dinheiro e conseqüentemente a reeleição. Para atingir este objetivo fazem escolhas consistentes e racionais procurando apresentar propostas que tragam benefícios diretos (concentrados) para seus eleitores específicos.

Para análise do problema levantado, a autora elabora um grande banco de dados e através do mesmo faz análises dos componentes distributivo, partidário, regional e temporal das propostas apresentadas e verifica quais grupos que seriam beneficiados e quais propostas foram efetivamente aprovadas. Com relação a abordagem teórica o modelo de comportamento racional baseia-se nas preferências, escolhas consistentes e racionais onde os deputados procuram maximizar os seus projetos políticos. Procurou-se neste trabalho a abordagem neo-institucionalista distributivista devido ao fato que a literatura procura mostrar o aspecto da “paroquialidade” dos nossos políticos, voltados sempre para os interesses individuais.

Na execução do trabalho foram adotados os pressupostos de que o legislativo tem papel fundamental como formulador de políticas públicas, os parlamentares buscam maximizar suas preferências e os mesmos agem constrangidos por regras e procedimentos institucionais, que restringem escolhas e

que eles são incapazes de determinar sozinhos os resultados finais. Com isso, passou-se analisar a hipótese de que predominam no legislativo as propostas que distribuem benefícios concentrados e custos difusos, em detrimento de propostas que auferem benefícios difusos. O trabalho procura analisar as propostas legislativas com relação à forma e ao escopo, ou seja, a concessão de benefícios é feita através da regulação ou transferência e se as leis são na maioria concentradas ou difusas. Procurou-se analisar as decisões dos parlamentares com relação a transferência concentrada de recursos, regulação concentrada, transferência difusa de recursos e regulação difusa; e também se criou o Índice de Atividade Legislativa visando buscar maior fidedignidade dos dados coletados.

No universo estudado, observa-se que os parlamentares apresentaram mais propostas de característica regulatória do que propostas de transferência concentrada de recursos. Isto é explicado pela baixa capacidade de transferência de recursos do Executivo para os parlamentares e também pelo fato que as propostas regulatórias são mais generalizantes, atingindo um maior número de eleitores, além de serem de mais fácil aprovação no Congresso, fornecendo também ganhos eleitorais aos deputados. As propostas difusoras prevalecem sobre as concentradoras pelo fato de que as mesmas não ameaçam a reeleição e como abordam valores compartilhados por maior parte da sociedade, são acordadas mais facilmente e trazem ganhos coletivos aos parlamentares.

Isto não significa que os parlamentares não procurem aprovar as suas propostas ditas paroquialistas, pois elas sempre são feitas, mas apresentam como demonstrado maior dificuldade de aprovação devido às regras e procedimentos restritivos da atividade legislativa. Isto indica que os legisladores procuram com isso diversificar as suas áreas de atuação no Congresso trabalhando em outras arenas e esferas políticas em busca do sucesso, status político, poder e reeleição.

A autora também conclui que a apresentação de propostas concentradoras de benefícios não depende de qual partido pertença o parlamentar, isto é, independentemente da posição ideológica assumida, todos apresentam propostas concentradoras.

4.6 Disciplina partidária e o papel do orçamento

Figueiredo e Limongi (2002) consideram que o Poder Legislativo brasileiro é organizado de forma centralizada em relação ao orçamento da União, observam que a legislação restringe o poder de realocação do Legislativo.

Para eles, os parlamentares, individualmente, não têm como pressionar o Executivo. Assim, os autores entendem que, para exercer o poder de pressão, os parlamentares delegam poderes aos líderes partidários, pois apenas uma ação coletiva coordenada seria capaz de pressionar o Poder Executivo.

Neste sentido os autores entendem que, na execução das emendas parlamentares ao orçamento da União, o Poder Executivo privilegia as emendas coletivas e não as individuais. Estas não seriam executadas em caso de problemas com as finanças públicas, contrariando a tese de que as emendas individuais seriam “moeda de troca” usada pelo Executivo para garantir apoio às suas propostas.

Os autores entendem que os partidos políticos posicionam-se de forma favorável ou em oposição às propostas governamentais, independentemente de incentivos. E este posicionamento é um dos fatores determinantes da atuação individual dos parlamentares. Para os autores, os líderes partidários têm o importante papel de tentar conciliar os interesses eleitorais individuais com o posicionamento do partido diante do Poder Executivo.

Então, o controle da execução orçamentária não é, por si só, um instrumento capaz de fazer o Executivo “controlar” o Legislativo em relação às suas proposições.

Figueiredo e Limongi (2005), em outro artigo, examinaram as possibilidades de apoio as propostas do governo em troca da execução de emendas parlamentares. Para eles, não é possível estabelecer uma relação causal entre a liberação de verbas para a execução de emendas parlamentares e a votação dos parlamentares em matérias de interesse do Executivo. Os autores constataram que emendas são executadas sem que o apoio esperado seja dado, acontecendo também o inverso, isto é, votos são dados por parlamentares sem a contrapartida da execução de emendas.

Para eles esta tese da “troca” falha ao pressupor que o comportamento dos parlamentares é pautado pela promoção de políticas distributivistas, em razão de

que estas dariam suporte aos projetos de reeleição dos parlamentares. Eles entendem que este tipo de abordagem faz supor que os interesses dos parlamentares são contrários aos interesses do Executivo, isto é, haveria um constante conflito nesta relação. Lemos (2001) já havia chegado a esta conclusão.

O levantamento feito pelos autores encontrou, para o período 1996-2001, os seguintes percentuais médios de votos favoráveis, dos principais partidos, a projetos do Executivo: PFL – 80,5%; PSDB -81,1%; PMDB – 68,9%; PT – 11,0%; PDT – 11,7%; PC do B – 11,9%.

Para os autores as diferenças entre Legislativo e Executivo são pequenas em relação a alocação de recursos do orçamento da União. A ação do Legislativo é complementar e não contrária a ação do Executivo.

Figueiredo e Limongi (2008) analisam o processo de decisão e elaboração legislativa brasileira, cujo foco é o processo de elaboração e execução do orçamento do governo federal.

Nesta obra os autores analisam o relacionamento dos parlamentares com o Poder Executivo em relação às emendas individuais e as emendas de bancada ao orçamento da União. Para os autores ambas têm, da mesma forma, influência no relacionamento entre Executivo e Legislativo. Os autores criticam a ênfase dada nos aspectos institucionais – sistemas de governo, leis eleitorais, forma federativa – como forma de explicar a natureza das políticas públicas. Para eles, estes aspectos institucionais, isoladamente, não conseguem explicar resultados políticos específicos, por isso enfatizam o que chamam de mecanismos “micro-institucionais” (restritos a áreas de políticas ou etapas do processo decisório).

Os autores contestam a visão de que haveria conflito entre as agendas dos parlamentares e a do Executivo, em relação às emendas ao orçamento. Eles continuam sustentando a posição de que a conquista do apoio legislativo é conseguido, unicamente, com base na execução das emendas parlamentares, a conhecida liberação de recursos.

Os autores utilizam em suas análises dados qualitativos e quantitativos, tais como legislação orçamentária em vigor (leis, resoluções do Congresso Nacional, regimentos internos, de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento), dados primários de orçamentos de diversos anos, em categorias escolhidas pelos autores. Foram criadas diversas tabelas com o objetivo de elucidar e sustentar as teses dos autores, como emendas, por posição parlamentar (situação/oposição) em relação a

áreas de ação do Executivo (ex. saneamento, educação), bem com as taxas de execução das emendas.

Os autores lembram que, para a implementação das políticas governamentais, há a necessidade de aprovação do Congresso, o que significa que os membros dos partidos que apóiam o governo participam da elaboração e implementação das políticas, portanto passam a ter responsabilidade sobre elas, bem como se beneficiam delas. O processo orçamentário é o maior momento desta participação. Para os autores, Executivo e Legislativo se interpenetram neste processo. Partidos que apóiam o governo assumem alguma pasta ministerial, isto é, assumem uma função executiva que se estende ao próprio Legislativo.

4.7 Relacionamento entre Executivo e Legislativo

Pereira e Mueller (2002), analisando as relações dos poderes executivo e legislativo na elaboração do orçamento da União, entendem que o Executivo conta com meios para garantir que o orçamento da União fique dentro dos limites que considera convenientes. Isto apesar de observarem que o Brasil possui todas as instituições propícias para gerar um alto custo para governar, tais como: sistema presidencialista, federalismo, regras eleitorais com lista aberta e representação proporcional, sistema multipartidário com partidos fracos e governo de coalizão.

O problema levantado pelos autores deste trabalho é mostrar, conforme demonstraram outros autores que os custos da governabilidade, em termos de orçamento, são baixos quando comparados com outras despesas do governo. Eles argumentam quem tem sido relativamente barato para o governo manter disciplinada sua coalizão no Congresso. A partir da análise da execução das emendas orçamentárias individuais dos parlamentares, bem como da descrição do processo de elaboração do orçamento e da apresentação de um modelo espacial sobre a interação do Congresso com o Executivo na elaboração e execução da referida peça orçamentária; os autores procuram mostrar que as regras vigentes proporcionam ao Executivo instrumentos para controlar o processo legislativo, criando uma moeda política de baixo custo extremamente útil para ser barganhada junto a sua coalizão no Congresso.

Destacam que o Executivo tem amplos poderes na elaboração do orçamento anual e que a participação dos parlamentares restringe-se a análise do mesmo e

proposição de emendas na rubrica investimentos, que corresponde a apenas 2% na composição de todo o orçamento, através da Comissão Mista de Orçamento.

Procuram demonstrar como o Executivo usa estrategicamente a execução do orçamento, ou seja, a liberação das emendas dos parlamentares em momentos oportunos, tais como: votações polêmicas, impedimento na criação de CPIs contrária ao governo e finais do ano fiscal. Com isto o Governo pressiona os congressistas a votarem de acordo com suas preferências ao longo do período legislativo. Para os autores, os dados coletados permitem afirmar que os parlamentares e partidos mais alinhados com o Governo são os mais beneficiados na liberação das emendas. Isto demonstra como o Executivo detém total controle do processo orçamentário e os parlamentares se contentam com um papel tão reduzido, pois para eles quanto mais emendas individuais forem executadas, maiores as chances de reeleição. Nota-se que o pragmatismo é a mola propulsora da maioria dos parlamentares em busca de sobrevivência política.

Os autores apresentam indicadores que o governo de presidencialismo de coalizão brasileiro propicia condições de governabilidade com um custo relativamente baixo, não gerando grandes déficits como afirma parte da literatura. Os recursos institucionais na mão do Executivo na elaboração e execução do orçamento contrabalançam as fragilidades dos sistemas eleitoral, partidário e federativo existentes no Brasil.

Entendem que, ao terem recursos financeiros liberados para a execução de suas emendas ao orçamento da União, os parlamentares passam a contar com meios para atender demandas de suas bases eleitorais, viabilizando suas reeleições.

Pereira e Mueller (2000) em outro trabalho, inicialmente destacam a extrema supremacia dos poderes legislativos do Executivo brasileiro e partem da premissa que a existência e o funcionamento das comissões estão subordinados ao poder Executivo, que tem diversos meios de contorná-las, forçá-las a cooperar ou punir seus desvios. Com isto eles procuram analisar o sistema de comissões brasileiro, mostrando a preponderância do Executivo em relação aos procedimentos legislativos através da coleta de dados estatísticos sobre a atuação do Congresso no período entre 1995 e 1998, bem como analisam os poderes constitucionais, regimentais e também a organização interna do Congresso que permitem ao Executivo exercer esta preponderância legislativa. Observa-se que o Executivo usa

muito as Medidas Provisórias, seu poder de veto, pedidos de urgência e também seu poder econômico e orçamentário sobre os líderes partidários influenciando na composição das comissões.

Procuram também explicar o funcionamento das comissões permanentes. Neste estudo procuram desenvolver um estudo teórico de adaptação da teoria distributiva para a teoria de preponderância executiva e através de teste empíricos do modelo informacional, analisar a aplicação da teoria informacional; bem como pesquisa de campo com distribuição de questionários a diversos parlamentares sobre o funcionamento e mudanças nas composições das comissões.

Como conclusão, o trabalho indica que as comissões no Brasil têm, pelo menos parcialmente, um papel informacional, ou seja, o ganho informacional para o plenário e para o Executivo é maior que a perda distributiva.

4.8 A tramitação da reforma previdenciária

O trabalho de Marcus Melo, embora não fosse seu objetivo central, apresenta o comportamento de alguns parlamentares em um assunto sensível para a burocracia estatal: a tramitação da reforma da previdência social dos servidores públicos, onde se pode inferir a atuação corporativa dos parlamentares burocratas, independentemente dos partidos a que estavam filiados.

O estudo de Melo (2002) tem por objetivo analisar o processo de tramitação de três propostas de emendas constitucionais encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. As propostas ficaram conhecidas como reformas: tributária, previdenciária e administrativa.

O autor faz uma abordagem sobre a discussão a respeito da coesão ou da fragmentação do sistema político brasileiro, dentro de um processo de escolha coletiva, comparando os argumentos com os resultados das propostas analisadas.

Para o autor, o sucesso da aprovação da reforma administrativa não respalda os argumentos da linha de pensamento que enfatiza a fragmentação do sistema, assim como o fracasso da reforma tributária contradiz os argumentos dos que defendem a coesão do sistema político (ele ressalva que o Executivo poderia ter desistido da proposta).

Para suas análises o autor utiliza diversas fontes de informação, como pesquisas de opinião com parlamentares, entrevistas, relatos de acontecimentos, mapas de votações. Com base neste conjunto de informações, o autor compara as tramitações dos projetos, procurando verificar a capacidade de o Executivo impor suas preferências.

Se em relação às reformas tributária e administrativa os resultados ou contradizem ou reforçam as visões sobre coesão ou fragmentação do sistema político, em relação a reforma previdenciária as conclusões não são tão simples.

Embora a reforma tenha sido aprovada, foi a custas de modificações do projeto original, de derrotas em Comissões e votações de destaques e de recuos do Poder Executivo em relação a pontos anteriormente não negociáveis, bem como na diminuição da velocidade do processo de tramitação.

O governo na época parece não ter atentado para a capacidade de articulação da burocracia, seja como grupo de pressão ou por meio dos parlamentares oriundos deste segmento profissional.

Para o autor, análises institucionais precisam ser suplementadas por estudos específicos sobre as variáveis das áreas analisadas. Para ele, a taxa de sucesso das propostas apresentadas pelo Executivo em um determinado período vai depender das características das propostas. Por exemplo, um número muito grande de propostas de custos concentrados pode determinar uma taxa de sucesso mais baixa.

4.9 Enfoques institucionais sobre a governabilidade

Palermo (2000) procura abordar o debate sobre as instituições políticas e as gestões do governo visando à governabilidade, partindo da análise do nível de concentração ou dispersão do poder governamental na tomada de decisões e qual é a efetiva capacidade de tomar decisões e implementá-las evidenciada pelas gestões de governo. Para isso é necessário a identificação do funcionamento institucional, conforme elementos analíticos e a identificação das gestões de governo através de uma base empírica. É importante levar em consideração o presidencialismo, o federalismo, a fragmentação do sistema partidário, como elementos centrais das regras do jogo institucional brasileiro e que incidem no desempenho das ações de governo.

Para análise do debate acima, o autor busca junto às literaturas existentes os indicadores explicativos e divide o trabalho em quatro enfoques. O primeiro enfoque analisa a dispersão do poder decisório e a ingovernabilidade, que segundo alguns autores é caracterizado pela alta fragmentação partidária, baixa disciplina parlamentar, migração partidária, influência dos governadores sobre as bancadas gerando um parlamento mais voltado para os interesses estaduais (federalismo centrífugo) mais propenso ao veto que a tomada de decisões; obrigando o Presidente, apesar de suas prerrogativas centralizadoras, a montar um gabinete heterogêneo e de difícil controle, trazendo ao governo baixa capacidade de decisão e implementação, ficando a governabilidade fora do alcance da estrutura institucional.

O segundo enfoque analisa a concentração do poder decisório e ingovernabilidade, onde para superar a paralisia decisória do enfoque anterior, o Presidente consegue concentrar poder, excluindo alguns atores do processo decisório. Com a utilização de expressivos poderes legislativos (uso exagerado das Medidas Provisórias), administrativos e distributivos o Presidente procura excluir o poder legislativo gerando conflitos e a deterioração do sistema de representação, atrapalhando a governabilidade e a capacidade de decisão e de implementar políticas públicas, quando o Congresso usa o seu poder de veto.

O terceiro enfoque analisa a concentração do poder decisório e a governabilidade que diferente dos anteriores tem a percepção de não existir nenhum conflito estrutural de interesses insolúvel entre o Executivo e Legislativo. O Presidente é o ator central, com um poder de agenda categórico, e através das coalizões e de seus instrumentos decisórios força a cooperação do Legislativo, conforme demonstrado por diversos trabalhos literários quer a partir da leitura de textos legais, quer a partir de evidências empíricas. Com isto o governo apresenta razoável capacidade de decidir e implementar, favorecendo a governabilidade.

O quarto enfoque analisa a dispersão do poder decisório e a governabilidade partindo do princípio que os líderes partidários tem relativo controle da produção legislativa e que a utilização dos poderes pró-ativos do Presidente (principalmente as Medidas Provisórias) não equivalem a um padrão excludente (2º enfoque) e nem a um padrão de submetimento (3º enfoque), mas sim onde existem expressivos ingredientes de negociação. Esta negociação é conseguida com a formação dos gabinetes de coalizão, onde os parlamentares participam do governo e dão o

respaldo necessário as ações do governo. Para alguns autores simpatizantes desta teoria, a governabilidade é obtida graças à capacidade de produção negociada das decisões com maior participação do Poder Legislativo junto ao Executivo.

Como síntese, o autor mostra que duas variáveis estão presentes em todas as análises abordadas, ou seja: o grau de concentração do poder decisório segundo as regras vigentes e a capacidade efetiva de tomar decisões e implementá-las segundo se evidencia nas gestões do governo.

5. ANÁLISE DO LEVANTAMENTO

5.1 Introdução

Para a identificação dos deputados federais originários da burocracia pública foram utilizadas as informações disponíveis nas publicações “Deputados brasileiros: repertório biográfico – 51ª Legislatura: 1999/2003” e “Deputados brasileiros: repertório biográfico – 52ª Legislatura: 2003/2007” da Câmara dos Deputados.

As publicações apresentam informações fornecidas pelos próprios parlamentares a respeito de formação acadêmica, experiência profissional e cargos eletivos, entre outros. A publicação referente à 51ª Legislatura separa a experiência de cada parlamentar nos setores público e privado (procedimento que, infelizmente, não se repetiu na publicação seguinte, dificultando um pouco a análise), bem como o exercício de cargos eletivos, entre outras informações.

Para efeito de escolha de um parlamentar, como oriundo de alguma burocracia do setor público, foram utilizados como critérios a própria declaração do parlamentar (muitos declaravam a profissão como sendo servidor público), e também as informações relatadas no item relativo a experiência profissional, pois na maioria dos casos os parlamentares declaravam ser advogados ou engenheiros, por exemplo, mas tinham uma carreira profissional em órgãos públicos como secretarias estaduais, municipais, ministérios, autarquias, universidades públicas, bancos ou empresas em que o poder público exercia o controle administrativo. Estes parlamentares, com algum tipo de ligação com a burocracia pública, foram selecionados para este estudo. As atividades realizadas no setor público obedecem às características do trabalho burocrático apontadas por Weber, como a existência de uma cadeia de comando (hierarquia), a necessidade de treinamento especializado para o exercício do cargo, a atuação pautada por normas escritas, e a impessoalidade (que inclusive tornou-se um princípio constitucional da Administração Pública brasileira).

A questão constitucional remete à legislação sobre o servidor público em relação a cargos políticos. Se não incentiva, a legislação também não coloca nenhum impedimento para a participação de um servidor público no processo eleitoral.

A Lei nº 8.112/90 (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), no art. 81 garante a concessão de licença para a atividade política. Já o art.86, §2º garante ao servidor, pelo período de três meses, os vencimentos do cargo efetivo, do momento do registro da candidatura até o décimo dia seguinte a eleição. O servidor candidato tem garantida a sua remuneração no período eleitoral, o que é uma vantagem em relação a outros candidatos sem o vínculo com o Estado, além de não correr nenhum risco em caso de insucesso no pleito, já que recebeu a remuneração do período e seu cargo estará garantido.

Para avaliar o comportamento deste grupo de deputados federais, foram selecionadas dez votações nominais em plenário das 51ª e 52ª Legislaturas. São duas legislaturas em que houve mudanças nos pólos de apoio ao governo e de oposição, o que é interessante para se averiguar o comportamento deste grupo de parlamentares em relação a temas de interesse comum.

Na 51ª Legislatura, de acordo com os registros da Câmara dos Deputados, foram realizadas 481 votações nominais em plenário, que envolveram matérias relativas a projetos de leis, requerimentos de toda ordem (urgência, adiamento de votação, preferência, entre outros), destaques de votações em separado entre outros tipos de matérias. As votações foram assim distribuídas ao longo dos anos da Legislatura:

Tabela 1 – Votações Nominais 51ª Legislatura

Anos	Votações - Quantidade
1999	163
2000	172
2001	117
2002	29
<i>Total</i>	481

Na 52ª Legislatura foram realizadas 444 votações nominais em plenário, de acordo com os registros da Câmara dos Deputados. As votações foram assim distribuídas ao longo dos anos da Legislatura:

Tabela 2 – Votações Nominais 52ª Legislatura

Anos	Votações - Quantidade
2003	150
2004	116
2005	82
2006	96
<i>Total</i>	444

O conjunto de deputados federais que fizeram parte da análise era constituído por aqueles que constavam das listas de votações (com anotações de SIM, NÃO ou AUSENTE). Foram, portanto, contados os votos daqueles que estavam, por ocasião da votação, no exercício de seus mandatos, isto é, foram excluídos aqueles que se afastaram para exercerem cargos nos poderes executivos nacional, estaduais e até mesmo municipais.

Para a 51ª Legislatura foram identificados, como oriundos da burocracia pública, 176 deputados, sendo que 165 exerceram, pelo menos parcialmente, seus mandatos. Para a 52ª Legislatura foram eleitos 196 deputados oriundos da burocracia do setor público, sendo que destes, 183 também exerceram, pelo menos parcialmente, seus mandatos. O elenco dos deputados para estas duas legislaturas, com as formações acadêmicas e órgãos em que trabalharam, encontra-se em anexo.

Para efeito de agrupamento por partido político, os deputados foram alocados nos partidos em que iniciaram seus mandatos, pois vários deles saíram dos partidos pelos quais haviam sido eleitos, não computando o seu voto, no partido original, em casos de mudanças.

5.2 Período 1999-2003 – 51ª Legislatura

Na 51ª Legislatura foram eleitos 176 deputados que, de alguma forma, eram oriundos da burocracia pública. Destes, 165 participaram da amostra das votações. O quadro abaixo apresenta a distribuição dos deputados votantes por partido:

Tabela 3 – Deputados por partido

1999-2003		
PARTIDO	DEPUTADOS	%
PC do B	4	2,42%
PDT	9	5,45%
PFL	27	16,36%
PL	2	1,21%
PMDB	26	15,76%
PPB	7	4,24%
PPS	5	3,03%
PSB	5	3,03%
PSDB	34	20,61%
PST	1	0,61%
PT	33	20,00%
PTB	12	7,27%
TOTAL	165	100,00%

Os deputados deste grupo estudado representavam 34,3% dos deputados eleitos, e 32,2% dos deputados votantes. Observa-se que mais de 70% destes deputados distribuíam-se em quatro partidos: PSDB, PT, PFL e PMDB. Destes partidos, a maior representação proporcional de deputados oriundos do setor público encontrava-se no PT. Os 33 deputados correspondiam a 55,9% de sua bancada na Câmara, e a 18,75% do grupo estudado.

Para Rodrigues (2006), havia 103 deputados oriundos do setor público, além de 81 professores, o que correspondia a 35,9% dos deputados.

Na legislatura em questão, o PT colocava-se como oposição ao governo federal, cuja bancada de sustentação era liderada pelo PSDB, que possuía 34 deputados da burocracia pública, um a mais do que o PT, que correspondiam a 20,6% do grupo analisado, mas a 34,3% de sua bancada eleita.

A escolha das votações nominais apreciadas foi feita com base nas matérias votadas, verificando se elas, de alguma maneira, poderiam ser de interesse da

burocracia pública. Foram, então, selecionadas matérias relativas a criação de órgãos públicos, cargos, regras de comportamento entre outras matérias. Uma pré-seleção eliminou matérias em que, aparentemente, houve acordo entre situação e oposição, pois nestes casos a votação foi quase unânime, o que inviabiliza qualquer tipo de conclusão. Procurou-se escolher votações em que não tivessem havido algum tipo de acordo, pois não teriam nenhum efeito prático, mas votações em que partidos de situação e oposição votassem diferentemente. Os mapas de votação relativos às matérias escolhidas das duas legislaturas encontram-se em anexo.

As matérias escolhidas foram as seguintes:

1 – Projeto de Lei Complementar (PLP) N^o 248/98 - substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências

2 – Projeto de Lei (PL) N^o 2.961/97 - Requerimento de Urgência. O Projeto de lei altera dispositivos da Lei n^o 4.898, de 9 de dezembro de 1965, incluindo novos tipos de abuso de autoridade; considerando como crime a divulgação de informações por parte de magistrados, integrantes do ministério público, tribunal de contas, autoridades policiais ou administrativas, em razão do exercício da função.

3 - PLP N^o 9-A/99 - Requerimento de Urgência – O Projeto de lei complementar dispõe sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

4 - PL N^o 1.615/99 - emenda N^o 38 – o Projeto de Lei dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências. A emenda 38 visava suprimir o §2^o do art.21 que previa a criação de escritórios centrais no Rio de Janeiro.

5 – Medida Provisória (MPV) N^o 26/2002 - Destaque da Expressão "EXPURGADOS.....ORGÃO" § 1^o ART. 2^o – A Medida Provisória dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional e dá outras providências. Estabelece que os servidores farão jus à Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativa (GDATA). Requerimento da

Bancada do PDT/PPS solicitando destaque de votação em separado (DVS) da expressão "expurgados os períodos em que ocorreram paralisações naquele órgão", contida no § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 26, de 2002 - 17/4/2002.

A primeira votação analisada desta Legislatura relacionava-se a critérios para a perda de cargo público. Apesar de o tema ser sensível aos servidores públicos, apenas os parlamentares (deste grupo estudado) do PC do B e do PSB votaram unanimemente pelo não. Os dois principais partidos de situação, PFL e PSDB, votaram pelo sim, da mesma forma que o PT, o maior partido de oposição desta Legislatura. Nesta votação, a lista de deputados em exercício registrou 17 ausências de um total de 155 deputados selecionados, o que equivale a 10,97% de ausência. Para efeito de registro, até o início do mês de novembro, a matéria ainda não havia sido votada definitivamente, já tendo sido completados dez anos de sua apresentação (19/09/1998).

A segunda votação escolhida refere-se a um requerimento de urgência para a votação de um projeto de lei relativo a ampliação de tipos de abuso de autoridade. Nesta votação, de um total de 153 deputados na lista de votação, estavam ausentes 25, equivalente a 16,34% do grupo analisado. Os dois principais partidos de sustentação do governo, PFL e PSDB, apresentaram ausência de 23,08% e 18,18% respectivamente. Deste bloco, apenas um deputado do PSDB votou pelo não. Na oposição, o PT apresentou 18,75% de ausência, enquanto PC do B, e PSB, por exemplo, tiveram presença completa. Para efeito de informação, destaca-se que esta matéria foi rejeitada.

A terceira votação escolhida referia-se a um requerimento de urgência a um projeto de Lei Complementar relativo a instituição de normas sobre previdência complementar, para o servidor público, pela União, estados, e o Distrito Federal, e municípios. Trata-se de uma matéria sensível aos servidores públicos que, em geral, defendem o pagamento de aposentadorias com recursos da União. De um total de 154 deputados no exercício do mandato, 25 estavam ausentes da votação, isto é, 16,23%. O PSDB teve 12,12% de ausência, o PFL 21,74% e o PT, 18,18. Enquanto PSDB e PFL votaram em peso pelo sim, o PT votou todo pelo não.

Esta matéria, que fora apresentada em 16/03/1999, consta nos registros da Câmara como "pronta para pauta", isto é, não havia sido votada até o início de novembro de 2008, sendo que em 9/10/2007 o Poder Executivo havia solicitado a sua retirada.

A quarta votação selecionada era relativa a uma emenda ao Projeto de Lei que criava órgãos no âmbito do Ministério dos Transportes. De um total de 152 deputados, 52 estavam ausentes, 34,21% dos deputados não compareceram para votar. No PSDB a ausência foi de 45,16%, no PFL de 56,52% e no PT de 21,21%. O relator da emenda, o deputado Paulo Octávio do PFL, apresentou relatório pela rejeição, isto é, voto não. Do grupo estudado do PFL, seis votaram pelo sim e quatro pelo não. No PSDB, dos presentes nove votaram pelo não e nove pelo sim. No PT a bancada votou em bloco pelo sim.

A quinta votação refere-se a um destaque para alterar uma expressão na medida provisória nº 26/2002. De um total de 142 deputados em exercício, havia 16 ausentes, isto é, 11,27% do total. O PSDB teve 3,57% de deputados ausentes nesta votação, enquanto o PFL apresentou uma taxa de 12%, enquanto o PT apresentou uma taxa de 29,62%. Nesta votação os deputados do PFL e do PSDB que estavam presentes votaram pelo sim, a exceção de um do PFL que se absteve e outro deputado do PSDB que estava em obstrução. A votação ocorreu em 25/04/2002.

Percebe-se que há uma uniformidade nas votações dentro de cada partido em todas as votações, o que pode significar que os deputados oriundos da burocracia pública são disciplinados em relação à orientação das lideranças partidárias. O PT, por exemplo, em todas as votações analisadas, não apresentou nenhum voto dissonante: todos os deputados votaram da mesma maneira. Os outros partidos também apresentaram bastante uniformidade nas votações selecionadas, porém com algumas poucas dissidências em certas votações.

No caso dos dois partidos de apoios ao governo, este fato ocorreu na quarta votação analisada, justamente naquela em que houve a maior taxa de ausência dos dois partidos. Uma consulta ao acompanhamento de matérias da Câmara, não há registro de que tenha havido um encaminhamento formal da votação pelas lideranças, o que poderia explicar a divisão dos votos dos parlamentares presentes do PFL e PSDB nesta votação.

Nota-se também que houve um embate entre situação e oposição no período. Das cinco votações em plenário selecionadas, em apenas uma (substitutivo da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 248/98), o PT, principal partido de oposição, votou da mesma

forma que os dois principais partidos de situação (PSDB e PFL). Já outros partidos da oposição (PSB e PC do B) votaram uniformemente pelo não.

Este embate também ocorreu na segunda votação selecionada (requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.961/97, que ampliava a tipificação de abuso de autoridade). Os dois principais partidos da situação votaram uniformemente pelo sim, enquanto os partidos de oposição votaram uniformemente pelo não.

Nota-se que os deputados oriundos da burocracia pública tenderam a votar conforme a posição do partido. No entanto, as ausências em votações, tomando o grupo inteiro, nunca foram inferiores a 10%.

Tabela 4 – Percentual de ausências nas votações

1999-2003					
PARTIDO	1	2	3	4	5
PC do B	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PDT	12,50%	12,50%	22,22%	50,00%	11,11%
PFL	11,54%	23,08%	21,74%	56,52%	12,00%
PL	0,00%	0,00%	50,00%	100,00%	0,00%
PMDB	12,50%	18,18%	18,18%	26,09%	9,09%
PPB	16,67%	33,33%	14,29%	33,33%	0,00%
PPS	0,00%	25,00%	25,00%	20,00%	0,00%
PSB	0,00%	0,00%	33,33%	25,00%	25,00%
PSDB	12,90%	18,18%	12,12%	45,16%	3,57%
PST	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
PT	12,50%	18,75%	18,18%	21,21%	29,63%
PTB	9,09%	0,00%	8,33%	41,67%	0,00%
Ausentes	17	25	25	52	16
Votantes	155	153	154	152	142
% Ausentes	10,97%	16,34%	16,23%	34,21%	11,27%

5.3 Período 2003-2007 – 52ª Legislatura

Na 52ª Legislatura houve um aumento na quantidade de deputados oriundos da burocracia estatal. Desta categoria foram eleitos 196 deputados, correspondendo a 38,21% do total da Câmara dos Deputados. Destes, 183 (35,7%)

exerceram, pelo menos parcialmente, seus mandatos, de tal forma que constaram das listas das votações nominais. O quadro a seguir apresenta a distribuição dos deputados por partido no início do mandato:

Tabela 5 – Deputados por partido

2003-2007		
PARTIDO	DEPUTADOS	%
PC do B	5	2,73%
PDT	10	5,46%
PFL	16	8,74%
PL	6	3,28%
PMDB	27	14,75%
PP	14	7,65%
PPS	9	4,92%
PRONA	2	1,09%
PSB	4	2,19%
PSC	2	1,09%
PSDB	25	13,66%
PSL	1	0,55%
PT	48	26,23%
PTB	12	6,56%
PV	2	1,09%
TOTAL	183	100,00%

Para Rodrigues (2006), havia 121 deputados oriundos do setor público, além de 86 professores, o que correspondia a 40,4% dos deputados.

Nesta 52ª Legislatura, houve a ampliação dos partidos com representantes oriundos da burocracia pública. Enquanto na 51ª Legislatura quatro partidos detinham mais de 70% dos deputados deste grupo, nesta são necessários cinco partidos para atingir este percentual. Houve também uma mudança na ordem de representação dos partidos: o PT, maior partido da situação na 52ª Legislatura, passa a ocupar a posição de maior bancada (geral e neste grupo), seguido pelo PMDB. PSDB, que era o segundo, passou para terceiro e o PFL, que era o terceiro, passou para quarto lugar. Em quinto aparecia o PP.

As matérias escolhidas foram, para análise do comportamentos dos deputados foram as seguintes

1 - Requerimento - preferência para MPV Nº 146/2003 – A Medida Provisória dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá

outras providências. Cria a carreira do Seguro Social e a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS.

2 - MPV Nº 160/2003 - requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento – A Medida Provisória dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

3 - PEC Nº 227/2004 - DVS Nº 1 PTB - INCISO XI, ALÍNEA "a" e "e" DO ARTIGO 37. – A Proposta de Emenda Constitucional altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. PEC Paralela - Altera a Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - Reforma da Previdência ou Previdenciária.

Votação do inciso 11 e suas alíneas de "a" a "e", do art. 37, constante do art. 1º desta PEC para incluir no art. 37, constante do art. 1º do Substitutivo do Relator, objeto do Destaque de Bancada do PTB. Rejeitado o destaque. Sim: 114; Não: 235; Abst.: 2; Total: 351. – 15/12/2004

4 - MPV Nº 231/2004 - DVS PSDB - EMENDA Nº 13 - Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde - GI-PAS. Cria a GIAAS destinada aos servidores do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB), Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (INTO), Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (INCL) e Hospital Geral do Servidor do Rio de Janeiro (HSE). O Destaque de Votação em Separado tinha por objetivo incluir artigo vedando o desconto em folha de pagamento para contribuição partidária.

5 - MPV Nº 269/2005 - DVS PSDB - ARTIGO 13 – A Medida Provisória altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; 9.074, de 07 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga o prorrogações das concessões e

permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004 e dá mais outras providências. O art.13, objeto da votação em destaque, criava 129 cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e 53 Funções Gratificadas (FG).

A primeira votação analisada referia-se a um requerimento de preferência para a Medida Provisória nº146 de 2003 que tratava da reestruturação da carreira previdenciária. Era um tema que, em princípio, deveria ter apoio unânime entre os parlamentares estudados, mas não foi o que ocorreu.

Houve uma taxa de ausência de 44,32% dos deputados estudados (dos 176 deputados que estavam exercendo o mandato, 78 não estavam presentes). A votação ocorreu em 27/01/2004, em período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. A votação final da matéria na Câmara ocorreu em 03 de março daquele ano. O requerimento de urgência foi apresentado pelo Deputado José Carlos Aleluia do PFL e foi rejeitado (votos não somaram 250 e votos sim somaram 7). Esta votação representa uma ausência de 255 deputados, aproximadamente 49%, um pouco maior do que a média de ausência do grupo que foi de 44,32%.

Apesar de ter sido um requerimento de um parlamentar da oposição, esta não apresentou uniformidade de atuação. Os membros de seu partido presentes a votação estavam ou em obstrução (seis casos) ou votaram não (dois casos). Destes dois, um saiu posteriormente do partido. Apenas o autor do requerimento votou sim.

No PSDB, os presentes estavam majoritariamente em obstrução (8 em 10, com 60% desta bancada ausente). Os outros dois votaram não, acompanhando a maioria governista. Posteriormente estes dois deputados deixaram o partido, migrando para a chamada base governista. Já o PT, agora partido de apoio ao governo, apresentou uma ausência de 56,25% da bancada estudada. Os presentes votaram todos pelo não.

A segunda votação analisada, referente ao requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento de votação, referia-se à medida provisória nº 160 de 2003 que tratava da instituição de gratificação temporária para uma categoria de servidores de instituições federais de ensino. A votação ocorreu no dia 13/04/2004 e

houve uma ausência de 30,56% dos deputados estudados. O PT teve ausência de 20,83%, mas os presentes votaram em bloco pelo sim. Já os dois maiores partidos de oposição não mantiveram suas bancadas atuando uniformemente. O PSDB teve ausência de 48% de sua bancada e o PFL de 50%. Dos oito deputados presentes do PFL, 6 estavam em obstrução, um votou não e outro votou sim (que viria posteriormente mudar de partido). Dos doze deputados do PSDB presentes, dez estavam em obstrução e os outros dois, que viriam mudar de partido posteriormente, acompanharam a posição do PT e votaram pelo sim.

A terceira votação analisada, relativa a um destaque do PTB a PEC nº 227/2004, chamada de PEC paralela da reforma da previdência, votada em 15/12/2004, apresentou ausência de 27,27% do grupo de deputados estudado. Nesta votação o PT teve ausência de 23,40%. A votação pelo não só não foi seguida por um deputado do partido que se encontrava em obstrução.

Já os deputados do PFL estavam todos presentes e a exceção de um, que se absteve, todos os outros votaram pelo sim. Parece que em algum momento entre esta votação e a anterior, o PFL conseguiu passar a atuar de forma uniforme como oposição ao governo. Já no PSDB a ausência foi de 23,09%, sendo que, a exceção de um deputado que votou pelo sim, todos os outros votaram pelo não, por sinal a posição do PT, divergindo do PFL.

O PTB, partido autor do destaque, apresentou ausência de 16,67% de seus deputados, sendo que dos presentes votaram pelo sim, a exceção de um que votou pelo não.

A quarta votação analisada referia-se a um pedido de destaque do PSDB para a medida provisória nº 231 de 2004 que criava cargos para lotação no Ministério da Saúde. O destaque visava incluir artigo vedando o desconto em folha de pagamento para contribuição partidária. Nesta votação a ausência dos deputados foi de 50,57%. Os parlamentares do PT ausentes correspondiam a 48,84% da bancada. Os presentes votaram todos pelo não.

Já a bancada do PFL apresentou ausência de 53,33%, e a do PSDB de 45%. A exceção de um parlamentar do PSDB que se declarava em obstrução, todos os outros deputados dos dois partidos que votaram da mesma forma, pelo não. A votação ocorreu em 28/04/2005.

A quinta votação analisada referia-se, também, a um destaque solicitado pela bancada do PSDB, na medida provisória nº 269 de 2005. O PSDB queria suprimir o

art. 13 que criava 129 cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e 53 Funções Gratificadas no Poder Executivo. Nesta votação a ausência de parlamentares estudados foi de 19,14%. No PT, 21,43% dos deputados estavam ausentes. Todos os presentes votaram pelo sim.

Já no PFL as ausências corresponderam a 8,33% da bancada e todos votaram pelo não. Os deputados do PSDB ausentes correspondiam a 18,75% da bancada e todos os presentes também votaram pelo não, como os do PFL,

A escolha das votações nominais em plenário seguiu os mesmos critérios da legislatura anterior. Os parlamentares deste grupo estudado mantiveram uma relativa uniformidade de votação, dentro de cada partido. O PC do B, por exemplo, apresentou uma uniformidade de 100% entre os deputados presentes no plenário da Câmara dos Deputados, em todas as votações. O mesmo pode-se dizer do PT, que teve apenas um deputado em obstrução, em uma das votações escolhidas, enquanto o restante votava pelo não. No entanto, o PT apresentou, em duas votações, ausências em plenário em torno de 50%: na votação do requerimento de preferência para a Medida Provisória nº146/2003, que tratava da reestruturação da carreira previdenciária, e na votação do destaque proposto pelo PSDB à medida provisória 231/2004.

Já o comportamento dos deputados dos dois principais partidos de oposição (PSDB e PFL), não foram tão uniformes e às vezes divergentes entre eles. Aparentemente estes dois partidos passaram os dois primeiros anos do novo governo um tanto quanto deslocados como oposição, depois de oito anos apoiando o governo. Esta dificuldade de exercer o papel de oposição levou à saída de diversos parlamentares, inclusive os de origem na burocracia estatal. Após as saídas dos parlamentares que divergiam, as votações dos partidos passaram a ser uniformes, sem considerar o número de ausentes.

Nas três votações ocorridas na segunda metade da legislatura, o PFL votou de forma uniforme e de forma contrária a da bancada o PT, o que pode ter representado uma escolha ideológica do partido, de se colocar claramente como partido de oposição.

Já os deputados do PSDB só vieram a se comportaram de forma uniforme, como os deputados do PFL, nas duas últimas votações analisadas. Em uma das votações anteriores, na qual seus deputados presentes votaram de forma uniforme (destaque do PTB à proposta de emenda à constituição nº 227/2004, a chamada

PEC paralela), o voto foi semelhante ao voto da bancada do PT e diferente da do PFL. O partido parece ter demorado um pouco mais em adotar a postura de partido de oposição.

O quadro a seguir mostra o percentual de ausências em votações, por partido, na 52ª Legislatura. Comparando-se as votações selecionadas desta Legislatura com as votações da Legislatura anterior, nota-se um aumento da ausência de parlamentares nas votações. A menor ausência foi de 19,14% , quase o dobro da menor ausência da Legislatura anterior, de 10,97%, e o maior percentual de ausência foi de 50,50%, bem acima dos 34,21% registrados na amostra anterior. Não se vislumbra, de imediato, um motivo aparente para este aumento. Pode-se até fazer conjecturas como o desconforto dos parlamentares na votação daquelas matérias, mas isto ocorreu tanto nos partidos de apoio ao governo quanto nos dois maiores partidos de oposição.

Tabela 6 – Percentual de ausências nas votações

2003-2007					
PARTIDO	1	2	3	4	5
PC do B	40,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%
PDT	40,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%
PFL	30,77%	50,00%	0,00%	53,33%	8,33%
PL	33,33%	16,67%	66,67%	100,00%	40,00%
PMDB	38,46%	28,00%	41,67%	47,83%	30,00%
PP	42,86%	61,54%	21,43%	71,43%	23,08%
PPS	44,44%	0,00%	12,50%	50,00%	16,67%
PRONA	50,00%	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
PSB	25,00%	0,00%	75,00%	50,00%	0,00%
PSC	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PSDB	60,00%	48,00%	23,09%	45,00%	18,75%
PSL		0,00%	0,00%	100,00%	
PT	56,25%	20,83%	23,40%	48,84%	21,43%
PTB	25,00%	25,00%	16,67%	60,00%	42,86%
PV	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
S/ PART.	100,00%	50,00%	0,00%	0,00%	
Ausentes	78	55	48	89	31
Votantes	176	180	176	176	162
% Ausentes	44,32%	30,56%	27,27%	50,57%	19,14%

As votações analisadas permitem inferir que para muitos parlamentares é muito difícil estar em um partido de oposição. Observou-se uma dificuldade inicial nos partidos de oposição que, sabe-se tiveram uma perda significativa de parlamentares, que ocorreu também neste grupo analisado.

Figueiredo e Limongi (2002) entendiam que não haveria uma correlação entre liberação de emendas parlamentares ao orçamento e a votação de matérias de interesse do Poder Executivo (tomando como base a 50ª e 51ª Legislaturas). Talvez não influencie um conjunto de votações, mas o fato de pertencer a uma coalizão governista parece ser fundamental para muitos parlamentares, independentemente da liberação de verbas orçamentárias.

Percebe-se também que os parlamentares oriundos da burocracia estatal têm diferentes visões sobre o papel da burocracia. Na primeira legislatura analisada há um confronto claro entre governo e oposição, que se observa nitidamente nos mapas de votação.

Na segunda legislatura este conflito só se evidencia ao final por volta da metade da legislatura, quando há uniformidade de votação dos partidos de oposição, de forma diversa do principal partido do governo. No entanto, o percentual de ausências nesta legislatura foi elevado, o que dificulta reconhecer a real preferência dos blocos de parlamentares em relação às matérias estudadas.

5.4 Ausências entre parlamentares da situação e oposição

Em relação aos principais partidos de situação e oposição, já foi verificado que houve um incremento nas ausências na amostra de votações nominais analisadas, entre a 51ª e a 52ª Legislatura. Este incremento foi maior no PSDB, que, ao lado do PFL, liderava o bloco de apoio ao governo, e tornaram-se os principais partidos de oposição na legislatura seguinte.

Para uma análise mais acurada do comportamento dos parlamentares oriundos da burocracia estatal, vinculados a estes três partidos, foi calculada uma taxa, chamada de taxa de divergência, obtida pelo resultado da divisão entre o somatório de ausentes com votos divergentes (aqueles que não acompanhavam a liderança, incluindo-se obstrução e abstenção) pelo total de deputados, em cada votação, oriundos da burocracia pública.

No caso da 51ª Legislatura, para encontrar a média do período, foi retirada do cálculo do PSDB e do PFL, a 4ª votação. Em razão de não ter tido uma orientação da liderança, houve muitos votos conflitantes, o que levaria a um aumento artificial das taxas de divergência. O quadro abaixo apresenta, para estes três partidos, as taxas médias dos períodos para divergência e ausência:

Tabela 7 – Divergências e ausências nas votações

	DIVERGÊNCIA%		AUSÊNCIA %	
	51ª Legislatura	52ª Legislatura	51ª Legislatura	52ª Legislatura
PSDB	18,38	44,97	11,69	38,97
PFL	18,09	33,10	17,09	28,49
PT	24,21	34,58	24,21	34,15

Observa-se que, tanto as taxas de ausência quanto de divergência aumentaram para os três partidos. O PT, por votar uniformemente (pelo menos na amostra utilizada neste trabalho), apresenta taxas de divergência semelhantes às taxas de ausência. O mesmo não ocorre com PSDB e PFL.

Embora a ausência em votações nominais em Plenário não signifique, necessariamente, algo intencional, isto é, o deputado, para não divergir da orientação partidária não comparece à votação, taxas muito elevadas podem ser, pelo menos, um indicador de dúvida quanto ao posicionamento efetivo do parlamentar.

Na 51ª Legislatura o PSDB apresentou uma taxa média de ausência de 11,69% nesta amostra. Os deputados do partido, que era o do Presidente da República, compareceram mais às votações. No entanto, a divergência dos votos foi um pouco maior do que a taxa de ausência.

No caso do PFL, a taxa de ausência, de 17,09% foi muito próxima a da taxa de divergência, 18,09%, indicando haver mais coesão de votos. No caso do PT, a taxa de divergência de 24,21% é a mesma taxa de ausência.

Os grupos de deputados estudados mantiveram, em seus partidos, mais coesão na 51ª Legislatura do que na seguinte. Parece que, na mudança de legislatura, com a alteração nos pólos situação/oposição, os partidos tiveram certa dificuldade em se reposicionarem.

Sabe-se que houve, nos partidos de oposição, na 52ª Legislatura, uma perda de parlamentares para partidos da chamada base aliada de apoio ao governo. Este fato pode indicar que, diferentemente da posição defendida por Figueiredo e Limongi, para um determinado grupo de parlamentares, é mais importante estar próximo ao governo do que manter uma coerência doutrinária.

Votar de acordo com o desejo ou orientação do governo, estar na base aliada parece fortalecer a capacidade de negociação do parlamentar em relação às suas demandas, como a de liberação de recursos financeiros para a execução de suas emendas ao orçamento da União.

Embora a maior parte dos parlamentares tenha mudado de partido no período entre a eleição e a posse, os mapas de votação nominais indicam a continuidade das mudanças, inclusive no grupo estudado.

No caso da oposição, em particular no caso do PSDB, cujo discurso inicial era o de “ajudar a governabilidade”, a indefinição quanto a posição a ser adotada pode ter ajudado no aumento substancial das taxas de ausência (de 11,69% para 38,97%) e de divergência (de 18,38% para 44,97%). Para não se indispor com o governo, a quem deveriam opor-se, e nem ir contra a orientação do partido, os deputados (deste estudo) talvez tenham preferido ausentar-se de algumas votações nominais. A taxa de divergência foi maior do que a taxa de ausência já que certos parlamentares (dentre os quais alguns que, inclusive, saíram do partido posteriormente) já se posicionavam contra a orientação partidária, procurando uma aproximação com o governo. O voto destes deputados influenciou no cálculo da taxa de divergência.

O PFL também apresentou um aumento nas taxas de divergência e de ausências, porém em menor magnitude do que o PSDB. O PFL, vale lembrar, foi o partido que mais perdeu deputados eleitos na 52ª Legislatura. Aparentemente, o grupo restante (objeto deste estudo) foi mais coeso do que o do PSDB. A taxa de ausência subiu de 17,09% para 28,49% e a de divergência de 18,09 para 33,10%. Pode-se inferir que a diferença entre a taxa de ausência e a de divergência teve a mesma explicação para a que foi dada anteriormente para a bancada do PSDB.

O PT também parece ter tido o mesmo problema que o PSDB e o PFL ao mudar de pólo oposição/situação. Porém, não com tanta intensidade quanto a do PSDB. Praticamente não houve diferença entre as taxas de divergência e de

ausência nos dois períodos (24,21% na 51ª Legislatura para as duas taxas e 34,15% e 34,58% na 52ª Legislatura).

No entanto, ao se comparar a taxa de ausência do PSDB, de 11,69%, quando era o principal partido de apoio ao governo, com a taxa de ausência do PT, de 34,15%, na legislatura seguinte, em que passa a ser o principal partido de apoio ao governo, nota-se uma diferença muito significativa.

Conforme já mencionado neste estudo, as ausências em plenário podem ter múltiplas motivações. Pode, entretanto, ser uma forma do parlamentar não manifestar suas preferências. Neste caso, não se indispondo com o governo e nem com sua base eleitoral.

6. CONCLUSÃO

Conforme apresentado neste trabalho, com base em estudos realizados por pesquisadores como Carvalho (2007), Paim (2000) e Nunes (1997), verifica-se que, no Brasil, a presença de políticos, oriundos da burocracia estatal, é um fenômeno histórico. Pode-se dizer que é um fenômeno que tem origem na formação do Estado moderno português.

A incorporação da nobreza decadente ao serviço do Rei foi um dos fatores de fortalecimento da burocracia de Portugal e, conseqüentemente, da burocracia brasileira. Conforme visto anteriormente, as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal solidificaram a posição da burocracia estatal, colocando nas mãos do Estado a responsabilidade pela recuperação da economia portuguesa, que passava por um período de decadência em razão do fim do ciclo do ouro.

A burocracia estatal, civil e militar, passa a ocupar postos políticos importantes. No período do Império brasileiro, os burocratas ocuparam cargos de ministros, deputados e senadores. Magistrados, burocratas da carreira jurídica, passam a ser numericamente importantes no Parlamento, assim como os militares.

Esta situação vai-se modificando ao longo do período imperial, conforme relatado por Carvalho (2007), havendo uma substituição gradativa de magistrados por advogados e bacharéis como representantes no Parlamento.

De acordo com Carvalho (2007), os advogados são um produto de uma política liberal, em contraste com os juristas. Estes estariam mais próximos aos interesses do Estado. Esta seria uma tese interessante de se verificar em relação, por exemplo, a este declínio da presença de magistrados no parlamento, e a ascensão dos advogados, no período entre o fim do Império e a República Velha. Um viés mais liberal levaria a um declínio de burocratas no Parlamento?

No período de Vargas, com o fechamento do Congresso no período do Estado Novo, houve uma nova valorização da burocracia estatal, como um dos elementos de mecanismos substitutos da interlocução política. Não por acaso, ao fim deste período, dois dos principais partidos políticos do período 1945-1964 foram criados com base na burocracia estatal, sob a inspiração de Getúlio Vargas.

Nunes (1997) aponta para a visão negativa da sociedade brasileira em relação aos políticos, vistos como os responsáveis pelo atraso e pela corrupção no

Brasil. Segundo ele, a especialização e o universalismo de procedimentos (duas características da burocracia) seriam forma de se combater este atraso.

Não por acaso o regime militar, embora não tenha fechado o Congresso Nacional, reduziu a importância dos políticos. O Poder Executivo, mais fortalecido e com o propósito de intervir na política econômica, fortalece o que Nunes chama de segmento tecnoburocrático, fato percebido na diminuição gradativa da participação de políticos como ministros.

Percebe-se que a presença da burocracia estatal na política brasileira é um fenômeno histórico, um fato já internalizado à rotina da política. Isto se reflete, inclusive, na proteção legal que tem o servidor público para se candidatar, como a possibilidade de usufruir três meses de licença remunerada para trabalhar em sua campanha. É um privilégio (não se preocupar com sua manutenção financeira) que, talvez, apenas empresários muito ricos ou políticos em reeleição possam ter.

Então, por já ser um fato cotidiano, a presença de burocratas do serviço público no Parlamento não tem sido objeto de atenção dos pesquisadores. Este trabalho enfoca apenas a burocracia estatal no Parlamento. No entanto, a presença de burocratas é maior já que há deputados que trabalharam na burocracia privada, como em empresas privadas, igrejas e sindicatos, entre outros. Alguns deles podem integrar a amostra deste estudo pelo fato de também terem ocupado posições na burocracia estatal.

Em geral, o objeto de estudo dos pesquisadores do Parlamento brasileiro, em especial da Câmara dos Deputados, tem sido a relação entre o Executivo e o Legislativo. Tal tema tornou-se recorrente na literatura especializada após a promulgação da Constituição de 1988. A profusão de partidos políticos dificultaria a interlocução entre estes dois poderes, o que levaria a problemas de ingovernabilidade.

Muitos estudos passaram a se concentrar neste possível dilema. O texto de Palermo (2000) agrupa estas teses de maior ou menor capacidade de controle do Executivo sobre a agenda do legislativo. Textos mais atuais dão ênfase a como o Executivo controla o Legislativo, bem como qual o comportamento de Parlamentar, dentro de cada partido, em relação às posições do Executivo.

O estudo de Lemos (2001) levanta o comportamento do parlamentar em geral, em relação a apresentação de propostas de benefícios concentrados ou difusos nas áreas de educação e saúde. A principal conclusão que a autora chega é

que independentemente do partido político, os parlamentares apresentam tanto propostas de benefícios difusos quanto concentrados. É uma constatação importante, pois demonstra certa uniformidade no comportamento parlamentar, pelo menos neste aspecto.

Figueiredo e Limongi, entre outros pontos, criticam a visão de que haja um conflito entre as agendas do Executivo e do Legislativo. Para eles, o controle da execução de emendas parlamentares não é, por si só, um instrumento de controle do Executivo sobre o Legislativo, em relação às suas propostas. De acordo com os autores, não é possível estabelecer uma relação causal, como pretendem Pereira e Mueller, entre a liberação de verbas para a execução de emendas parlamentares e a votação dos parlamentares em matérias de interesse do Executivo.

Para Figueiredo e Limongi, este tipo de abordagem entende que a promoção de políticas distributivistas pauta o comportamento dos parlamentares, que dariam suporte à reeleição dos deputados. Esta conclusão, de não haver uma preferência por políticas distributivistas, já havia sido constatada por Lemos (2001), conforme já apresentado.

Em seus trabalhos, Figueiredo e Limongi apresentam dados relacionados à coesão interna dos partidos, em relação a votações de interesse do Executivo. Para eles, deputados agindo individualmente, buscando o atendimento de suas demandas, não tem a mesma capacidade de pressão se delegarem poder ao líder partidário. Para eles, este personagem tem o papel de conciliador das demandas individuais com a posição do partido perante o Executivo.

Já o trabalho de Nicolau (2000) procura analisar como as ausências em plenário dificultam a aprovação de matérias de interesse do Poder Executivo. Procura dar prosseguimento aos primeiros estudos de Figueiredo e Limongi sobre a coesão partidária e apoio ao Executivo.

Um trabalho interessante para acompanhar o comportamento dos parlamentares, especialmente aqueles objeto deste estudo, é o de Melo (2002). O autor relata toda a tramitação da proposta de reforma da Previdência Social e as dificuldades que ela teve ao longo da tramitação. É um tema sensível aos parlamentares oriundos do serviço público já representaria diminuição de benefícios. Houve resistência dos parlamentares e a proposta só foi aprovada após modificações em relação à idéia inicial.

O trabalho de Melo é um indicador de como podem tramitar as propostas que envolvam tema de interesse da burocracia estatal. Se forem contrárias aos interesses da burocracia elas podem ser aprovadas, porém ao custo de modificações em relação ao texto original. Isto não quer dizer que estes parlamentares atuem como uma bancada, a exemplo da chamada “bancada ruralista”. No entanto, estes parlamentares parecem atuar para dificultar a aprovação de propostas desvantajosas para o funcionalismo, forçando a negociação com o Executivo.

Talvez por desconhecer o peso dos parlamentares da burocracia pública o governo da época tenha tido dificuldades adicionais na tramitação da proposta de reforma da previdência. Rodrigues (2002 e 2006) procura suprir esta lacuna, fazendo um levantamento prosopográfico da Câmara dos Deputados, referente às 51^a e 52^a Legislaturas, onde, com base nos dados biográficos apresentados pelos deputados, faz-se um levantamento das principais formações acadêmicas, profissões e ocupações dos deputados eleitos, tanto em relação à Câmara quanto em relação aos partidos políticos.

Em sua metodologia, para analisar aqueles deputados oriundos do setor público, Rodrigues deixa os professores em uma categoria separada, e inclui bancários na categoria de serviços não manuais.

Diferentemente de Rodrigues, que separou ocupações relativas ao funcionalismo público em geral da ocupação de professor, para os propósitos deste trabalho, considerou-se como burocrata, isto é, oriundo de um cargo da burocracia estatal, todos os profissionais que mencionaram ocupações em órgãos públicos, seja uma autarquia, um hospital, uma escola, uma universidade, ou em alguma empresa estatal.

De acordo com estes critérios, foram identificados 176 deputados eleitos, na 51^a Legislatura, oriundos da burocracia do setor público, o que representava 34,3% da Câmara dos Deputados. Na 52^a Legislatura este número sobe para 196 deputados eleitos, ou 38,2% das cadeiras da Câmara.

Lembrando a observação de Carvalho (2007) para a relação entre juristas e advogados, pode-se fazer um paralelo em relação ao aumento no número de deputados oriundos da burocracia do setor público com a eleição para presidente, em 2002, de um candidato que pertencia a um partido com viés estatizante. Aparentemente os dois fatos caminharam conjuntamente.

Na 51ª Legislatura o Partido dos Trabalhadores elegeu 33 deputados oriundos da burocracia estatal, o que correspondia a 55,9% de sua bancada, e a 18,75% do total deste grupo. Para a 52ª Legislatura o PT elegeu 48 deputados com origem na burocracia do setor público, o que correspondia a 52,74% de sua bancada e a 24,5% do grupo estudado. Houve, portanto, o crescimento no número de deputados da burocracia estatal no PT, que ajudou no crescimento deste grupo na Câmara dos Deputados e que elevou a participação do PT neste grupo.

Na 51ª Legislatura, lideravam o apoio ao governo o PSDB e o PFL, e a oposição era capitaneada pelo PT. Pelos resultados das votações selecionadas pode-se concluir que os deputados, na maioria dos casos, votam de forma uniforme em relação a orientação do partido.

Pelos resultados das votações nominais não há como captar diretamente o alinhamento dos deputados com os interesses corporativos. Estes interesses aparecem sob a forma de emendas aos projetos, que podem ou não serem aceitas pelos relatores, ou por meio de objeções, colocadas em discussões do partido ou para as lideranças partidárias.

Conforme Melo (2002), relatando a tramitação da reforma da previdência, o apoio de parlamentares a temas sensíveis demanda uma série de concessões do Poder Executivo para a aprovação de projetos de seu interesse. Isto significa que o Executivo tem dificuldade de aprovar a proposta original.

Este foi um dos motivos pelo qual houve poucas votações nominais finais de matérias com algum tipo de interesse da burocracia do setor público. A maior parte das matérias parece ter sido objeto de negociação anterior.

Além desta peculiaridade, houve menos matérias tratando de reestruturação de carreiras e criação de cargos, principalmente por meio de medidas provisórias, nesta legislatura do que na seguinte.

E como as ausências afetariam os resultados das votações, conforme o estudo de Nicolau (2000)? No caso da 51ª Legislatura o principal partido de apoio ao governo apresentou uma ausência média de 11,69%, enquanto o PT, maior partido da oposição, teve ausência média de 24,21%. Estes números podem indicar que os deputados oriundos da burocracia do PSDB eram mais disciplinados e não receavam demonstrar suas preferências.

Na 52ª Legislatura a mudança de pólos situação/oposição provocou um significativo aumento nas ausências na amostra selecionada, no que se refere ao

PT, agora maior partido de apoio ao governo, e ao PSDB e ao PFL, os novos partidos de oposição.

O que chama a atenção é que o PT, o principal partido de apoio ao governo, apresentou uma taxa de ausência muito alta, 34,15% em relação às votações selecionadas, praticamente três vezes maior do que a do PSDB, quando era ele o principal partido de apoio ao governo. O PSDB também aumentou sua taxa de ausência, agora como oposição, alcançando o valor médio de 38,97%.

Com as devidas ressalvas já colocadas, as ausências podem significar a dificuldade do parlamentar de expor suas preferências. No entanto, se pode deixar de registrar que, no caso do PT especificamente, os deputados votantes mantiveram uma uniformidade de votos de quase 100%. Houve apenas uma obstrução em uma única votação, divergindo do voto dos restantes.

Na 52ª Legislatura nota-se que Executivo apresentou mais medidas provisórias relativas a reestruturação de carreiras, mudanças de gratificações, ampliação do quadro de cargos e funções do que no governo anterior, fato que não surpreende tendo em vista a origem sindical dos governantes e a posição intervencionista do Estado.

Um outro ponto que deve ser destacado é que, mesmo dentro deste grupo estudado, houve migração de parlamentares dos dois principais partidos de oposição para os chamados partidos da base aliada. Isto pode significar que a proximidade com o Executivo é um elemento importante para muitos deputados, inclusive para a liberação de recursos para a execução de emendas parlamentares.

No entanto, a orientação partidária é significativa para os deputados que votam, tanto para os que se encontram na situação, quanto aqueles que se posicionam na oposição. Então, assim como visto na 51ª Legislatura, não há como dizer, com base nos mapas de votação, que os parlamentares deste grupo comportem-se como uma bancada. No entanto, as elevadas taxas de ausência, principalmente nas votações selecionadas desta legislatura, podem significar uma dúvida em relação ao posicionamento destes parlamentares.

BIBLIOGRAFIA

- 1)BRASIL. Câmara dos Deputados. Acompanhamento de Proposições. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoes>.
- 2)BRASIL. Câmara dos Deputados. Pesquisa em votação eletrônica e lista de presença. Disponível em <http://www.camara.gov.br/plenario/votacao>.
- 3)CÂMARA DOS DEPUTADOS.**Deputados Brasileiros-Repertório Biográfico – 51ª Legislatura:1999/2003**.Brasília.1998.
- 4)CÂMARA DOS DEPUTADOS.**Deputados Brasileiros-Repertório Biográfico – 52ª Legislatura: 2003/2007**.Brasília.2002.
- 5)CARVALHO, José Murilo de.**A construção da ordem – Teatro de sombras**.Rio de Janeiro.Civilização Brasileira.2007.
- 6) CINTRA, Antônio Otávio e LACOMBE,Marcelo Barroso. **A Câmara dos Deputados na Nova República:a visão da ciência política**.Em AVELAR,Lúcia e CINTRA, Antônio Otávio (orgs.).**Sistema político brasileiro:uma introdução.2ªed**.São Paulo:Ed.Unesp.2007.
- 7)FAUSTO,Boris.**História do Brasil**.São Paulo:Ed.USP.2008.
- 8) FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando.**Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária**.Dados, vol.45 nº2.Rio de Janeiro.2002.
- 9) FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando.**Processo orçamentário e comportamento Legislativo:emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo**.Dados, vol.48 nº4.Rio de Janeiro.2005
- 10) FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.2008.

- 11) LEMOS, Leany Barreiro de Souza. **O Congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista.** Dados, vol. 44 nº 3. Rio de Janeiro. 2001.
- 12) MELO, Marcus André. **Reformas Constitucionais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2002.
- 13) MELO, Carlos Ranulfo F. de. **Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados.** Dados vol. 43 nº 02. Rio de Janeiro. 2000.
- 14) NICOLAU, Jairo. **Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).** Dados, vol. 43 nº 04. São Paulo. 2000.
- 15) NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil – clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.
- 16) PAIM, Antônio. **Momentos Decisivos da História do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- 17) PALERMO, Vicente. **Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo.** Dados vol. 33 nº 03. Rio de Janeiro, 2000.
- 18) PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. **Uma teoria da preponderância do Poder Executivo. O sistema de comissões no Legislativo brasileiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais vol. 15 nº 43. São Paulo, 2000.
- 19) PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. **Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro.** Dados, vol. 45, nº 02. São Paulo, 2002.
- 20) RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social.** São Paulo: EDUSP, 2002.

21) RODRIGUES, Leôncio Martins. ***Mudanças na classe política brasileira***. São Paulo: Publifolha, 2006.

22) WEBER, Max . ***Ensaio de sociologia.5ª Ed.*** São Paulo: Ed. LTC, 2002.

ANEXOS

Anexo 1 - MAPA DE VOTAÇÕES POR PARTIDOS – 1999-2003

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
AGNELO QUEIROZ	PC Do B	DF	N	N	N	S	N
HAROLDO LIMA	PC Do B	BA	N		N	N	
INACIO ARRUDA	PC Do B	CE	N	N	N	N	N
VANESSA GRAZIOTIN	PC Do B	AM	N	N	N	N	N
	4	AUS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALCEU COLARES	PDT	RS	S	S	N	A	N
EBER SILVA	PDT	RJ	S	N	N	A	A
EURIPEDES MIRANDA	PDT	RJ	S	N	N	A	N
FERNANDO CORUJA	PDT	SC	S	N	N		N
HELIO SANTOS	PDT	SP	S	N	N	N	N
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ			N	N	N
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	S	N	A	N	N
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	S	A	N	A	N
WANDERLEY MARTINS	PDT	RJ	A	S	A	N	N
	9	AUS	12,50%	12,50%	22,22%	50,00%	11,11%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	S	A	S	N	S
ANTONIO GERALDO	PFL	SE	S	A	A	A	
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	S	S	S	S	S
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	S	S	S	A	S
AROLDO CEDRAZ	PFL	BA	S	S	S	A	S
ATILA LINS	PFL	AM	A	S	S	N	S
BENITO GAMA	PFL	BA					S
BETINHO ROSADO	PFL	RN	A	S	S	A	
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	S	S	S	S	S
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	S	S	S	S	S
DARCI COELHO	PFL	TO	S	S	S		S
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	S	S	A	A	S
EXPEDITO JUNIOR	PFL	RO	S	S	S	A	S
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI	S	S	S	A	A
JOSE CARLOS ALELUIA	PFL	BA	S	A	A	A	S
JOSE MELO	PFL	AM	S	S			S
JOSE THOMAZ NONÔ	PFL	AL	S	S	S	A	S
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	S	S	A	N	A
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	S	S	S	A	S
MORONI TORGAN	PFL	CE	S	S	S	A	ABSTEN
MUSSA DEMES	PFL	PI	S	S	S	A	S
NICE LOBÃO	PFL	MA	A	A	S	N	S
PAES LANDIM	PFL	PI	S	S	S	OBST	S
PAULO MARINHO	PFL	MA	S	A	A	A	S
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	S	A	S	S	S
VILMAR ROCHA	PFL	GO	S	S		S	S
ZILA BEZERRA	PFL	AC	S	S	S	S	A
	27	AUS	11,54%	23,08%	21,74%	56,52%	12,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	S	S	A		N
CABO JULIO	PL	MG	S	S	N	A	S
	2	AUS	0,00%	0,00%	50,00%	100,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	S	S	S	S	S
ANTONIO CAMBRAIA	PMDB	CE	S	S	S	N	S
CONFUCIO MOURA	PMDB	RO	S	S	S	S	S
DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	S	S	A	S	S
EDINHO BEZ	PMDB	SC	S	S	S	A	S
EULER MORAIS	PMDB	GO	A	S	S	S	
FREIRE JUNIOR	PMDB	TO	A			S	A
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	S	S	A	S	S
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	S	S	S	S	S
IÉDIO ROSA	PMDB	RJ	S	A	S	N	S
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	S	S	S	N	
JOÃO MATOS	PMDB	SC	S	S	S	A	S
JOÃO MENDES	PMDB	RJ	S	A	A	N	S
JORGE COSTA	PMDB	PA	S	S	S	N	
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	S	N	N	A	N
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	S				S
MAURO LOPES	PMDB	GO					S
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	S	S	S	S	S
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	S	A	S	S	S
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	S	S	S	A	S
SALATIEL CARVALHO	PMDB	PE	S	S	S	A	A
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	S	S	N	N	N
TADEU FILIPELLI	PMDB	DF					S
TEMISTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	S	S	S	S	S
WILSON SANTOS	PMDB	MT	A	S	A	S	S
ZAIRE RESENDE	PMDB	MG	S	A	N	A	
	26	AUS	12,50%	18,18%	18,18%	26,09%	9,09%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
DELFIN NETTO	PPB	SP	A	S	A	A	S
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	S	S	S	N	S
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	S	ABSTEN	ABSTEN	n	n
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	S	S	S	S	S
MARCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	S	S	S	A	S
NILTON BAIANO	PPB	ES	S	A	S	S	S
SALOMÃO CRUZ	PPB	RR			S		S
	7	AUS	16,67%	33,33%	14,29%	33,33%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
------	---------	----	---	---	---	---	---

AYRTON XEREZ	PPS	RJ	S	A	S	N	S
EDINHO ARAUJO	PPS	SP	S	N	S	A	
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	S			S	N
PEDRO EUGENIO	PPS	PE	N	N	S	S	N
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	S	N	S	S	N
	AUS		0,00%	25,00%	25,00%	20,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
DJALMA PAES	PSB	PE	N	N		S	N
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	N	N	A	A	N
JOSE ANTONIO	PSB	MA	N	N			
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	N	N	N	S	N
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	N	N	S	N	A
TOTAL		5 AUS	0,00%	0,00%	33,33%	25,00%	25,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ADEMIR LUCAS GOMES	PSDB	MG	S	S	S	A	
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	S	S	S	A	
ANIBAL GOMES	PSDB	CE	S	S	S	A	S
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	S	A	S	A	S
ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MT		S			
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	S		S	A	S
ARTHUR VIRGILIO	PSDB	AM	A	A	S	N	S
ATILA LIRA	PSDB	PI	S	S	S	A	S
B.SÁ	PSDB	PI	S	S	S	A	S
CORONEL GARCIA	PSDB	RJ	S	S	S		
CUSTODIO MATTOS	PSDB	MG	S	S	S	N	S
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	S	S	S	N	S
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	S	S	S	N	S
FEU ROSA	PSDB	ES	S	S	S	N	S
FLAVIO ARNS	PSDB	PR	A	S	S	S	N
JOSE MILITAO	PSDB	MG	S	N	S	A	S
JUQUINHA	PSDB	GO	S	S	S	A	OBST
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	S	S	S	S	S
MARIA ABADIA	PSDB	DF	S	S	S	S	S
MARINHA RAUPP	PSDB	RO	S	A	A	N	S
MARISA SERRANO	PSDB	MS		S	S	A	S
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	S	S	S	N	
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	S	A	S		S
NILSON PINTO	PSDB	PA	S	S	S	S	S
PAULO FEIJO	PSDB	RJ	S	S	A	N	S
PEDRO HENRY	PSDB	MT	S	S	A	S	S
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	S	S	S	S	S
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	S	S	S	S	S
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	S	S	S	A	S
SAULO PEDROSA	PSDB	BA		S	S	A	S
SERGIO BARROS	PSDB	AC	S	A	A	S	S
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	A	S	S	S	S
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	S	A	S	A	S

YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	A	S	S	N	A
	34	AUS	12,90%	18,18%	12,12%	45,16%	3,57%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
MARCOS DE JESUS	PST	PE	S	S	S	A	N
TOTAL	1	AUS	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP	S	N	N	S	N
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	S	N	N	S	N
ANTONIO PALOCCI	PT	SP	S	N	N	S	
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	S	N	N	S	N
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	S	N	N	A	N
CARLITO MERSS	PT	SC	S	N	N	S	A
DR. ROSINHA	PT	PR	S	N	N	S	N
EDUARDO JORGE	PT	SP	S	N	A	S	
FERNANDO FERRO	PT	PE	S	N	A	S	N
FERNANDO MARRONI	PT	RS	A	N	N	S	
GERALDO MAGELA	PT	DF	S	N	N	S	A
GERALDO SIMÕES	PT	BA	S	N	N	A	
GILMAR MACHADO	PT	MG	S	N	N	A	N
IARA BERNARDI	PT	SP	A	N	A	S	N
JOÃO BATISTA BABÁ	PT	PA	A	A	A	S	A
JOÃO FASSARELA	PT	MG	S	N	A	A	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	S	A	N	S	A
JORGE BITTAR	PT	RJ			N	S	N
JOSE MACHADO	PT	SP	S	N	N	S	
JOSE PIMENTEL	PT	CE	S	A	N	S	A
MARCIO MATOS	PT	PR	S	N	N	S	S
MARCOS AFONSO	PT	AC	A	A	N	S	N
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	S	N	N	S	N
MILTON TEMER	PT	RJ	S	N	N	S	N
NILSON MOURÃO	PT	AC	S	N	N	S	N
PADRE ROQUE	PT	PR	S	N	N	S	A
PAULO DELGADO	PT	MG	S	N	N	A	N
PEDRO CELSO	PT	DF	S	N	N	S	A
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	S	N	N	S	N
RICARDO BERZOINI	PT	SP	S	N	N	A	N
TELMA DE SOUZA	PT	SP	S	A	N	S	N
WALTER PINHEIRO	PT	BA	S	N	N	S	A
WELLINGTON DIAS	PT	PI	S	A	A	A	N
	33	AUS	12,50%	18,75%	18,18%	21,21%	29,63%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALBÉRICO CORDEIRO	PTB	AL	S	S	A	A	
ALEX CAZIANI	PTB	PR		S	S	S	S
ANTONIO FLEURY	PTB	SP	S	S	S	N	N
ANTONIO JORGE	PTB	TO	S		S	A	S

CELSO GIGLIO	PTB	SP	S	S	S	S	
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	N	S	S	S	S
FELIX MENDONÇA	PTB	BA	S	S	S	A	S
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	S	S	S	N	S
JOSE CARLOS ELIAS	PTB	ES	S	S	S	N	S
MAX MAURO	PTB	ES	A	N	N	S	
NELSON TRAD	PTB	MS	S	S	S	A	S
RENILDO LEAL	PTB	AL	S	S	S	A	S
	12	AUS	9,09%	0,00%	8,33%	41,67%	0,00%

VOTAÇÕES

1 – PLP N° 248/98 - SUBSTITUTIVO CTASP (907)

Ementa: Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências

2 - PL N° 2.961/97 - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA (1082)

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, com a redação dada pelas Leis nºs 6.657, de 5 de junho de 1979, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Explicação da Ementa: incluindo novos tipos de abuso de autoridade; considerando como crime a divulgação de informações por parte de magistrados, integrantes do ministério público, tribunal de contas, autoridades policiais ou administrativas, em razão do exercício da função

3 - PLP N° 9-A/99 - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA – 1272

Ementa: Dispõe sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

4 - PL N° 1.615/99 - EMENDA N° 38 – 1351

Ementa: Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Transportes, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, reestrutura o setor federal de transportes, e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dispõe sobre a

reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Cria a ANT e o DINFRA.

5 - MPV Nº 26/2002 - DESTAQUE DE EXPRESSÃO "EXPURGADOS.....ORGÃO"
§ 1º ART. 2º - 1771

Ementa: Dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelece que os servidores farão jus à Gratificação de Desempenho Técnico-Administrativa - GDATA.

Anexo 2 - MAPA DE VOTAÇÕES POR PARTIDOS 2003-2007

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALICE PORTUGAL	PC Do B	BA	N	S	N	A	S
INACIO ARRUDA	PC Do B	CE	A	S	N	A	S
JANDIRA FEGHALLI	PC Do B	RJ	A	S	N	N	S
PERPÉTUA ALMEIDA	PC Do B	AC	N	S	N		S
VANESSA GRAZIOTIN	PC Do B	AM	N	S	N	N	S
		5	40,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALCEU COLARES	PDT	RS	S	A	A	A	A
ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	A	A	A	N -PSB	A
COROLANO SALES	PDT	BA	OBST	OBST	S	S	N
DR HELIO	PDT	SP	N	S	A		
FERNANDO CORUJA	PDT	SC		S	N	N	N
MARIO HERINGER	PDT	MG	N	S	N		N
NEIVA MOREIRA	PDT	AM	N		N		N
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	N	S	A	A	N
PROMOTOR AFONSO GIL	PDT	PI	N	S			
SEVERIANO ALVES	PDT	BA	N	S	A		N
		10	40,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
AROLDO CEDRAZ	PFL	BA	A	A	S	A	A
BISPO JOÃO BATISTA	PFL	SP	OBST	OBST	S	A	S-PP
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	A	OBST	ABSTEN	S	
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	N	N	S	S	N
COSTA FERREIRA	PFL	AM	N	S	A - PSC	A	S -PSC
JOSE CARLOS ALELUIA	PFL	BA	S	A	S	S	N
JOSÉ ROCHA	PFL	BA		A	S	S	N
JOSE THOMAZ NONÔ	PFL	AL	A	A	S	ART 17	ART 17
JULIO CESAR	PFL	PI	OBST	A	S	S	N
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	OBST	OBST	S	A	N
LUIZ CARREIRA	PFL	BA		OBST	S	A	N
MORONI TORGAN	PFL	CE	OBST	OBST	S	S	N
MUSSA DEMES	PFL	PI	OBST	A	S	A	N
NICE LOBÃO	PFL	MA	OBST	A	S	A	N
VILMAR ROCHA	PFL	GO	A	A	S	A	N
ZELINDA NOVAES	PFL	BA		OBST		A	
		16	30,77%	50,00%	0,00%	53,33%	8,33%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	A	S	A	A	S

ARACELY DE PAULA	PL	MG	N	S	N	A	S
EDMAR MOREIRA	PL	MG	N	S	A	A	A
MARCOS DE JESUS	PL	PE	N	A	N	A	N
PAULO MARINHO	PL	MA	A	S	A	A	
RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	N	S	A	A	S
	6		33,33%	16,67%	66,67%	100,00%	40,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	N	S -PTB	S	A	N -PFL
ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ	N	S	A	N	
ANIBAL GOMES	PMDB	CE	N	S	A	N	S
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	N	S		N	A
CONFUCIO MOURA	PMDB	RO	A	A	N		
DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	N	OBST	S	A	A
DR PINOTTI	PMDB	SP	A	OBST	A		
EDINHO BEZ	PMDB	SC				ABSTEN	S
EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ	N	S	S	A	N
FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	N	S	A	A	A
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	N	S	N	N	S
GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	N	A	N	A	S
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	A	S	N	S-PSDB	N
JOÃO CORREIA	PMDB	AC	A	S	N	A	S
JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ	N	S	S	A	S
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	N	S	A	A	S
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	A	S	N	N	A
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	A	A	N	A	S
MAURO LOPES	PMDB	GO	N	S	A	N	A
NELSON TRAD	PMDB	MS	N	A	A	A	S
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	N	S	A	N	A
PAULO AFONSO	PMDB	SC	N	N	N	S	N
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	A	A	N	N	S
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	A	A	OBST	N	S
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	A	S	A	A	
TADEU FILIPELLI	PMDB	DF	N	A	N		
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	A	S	A	N	S
	27		38,46%	28,00%	41,67%	47,83%	30,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	N	A	N	N	S
DARCI COELHO	PP	TO	A	A	N	N	S
DELFINO NETTO	PP	SP	A	OBST	A	A	A
DR BENEDITO DIAS	PP	AP	A	A	A	A	S
FEU ROSA	PP	ES	A	A	A	A	A
FRANCISCO DORNELES	PP	RJ	A	OBST	S	A	S

JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC	N	A	N	A	A
LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	N	A	N	N	S
MARCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	N	OBST	N	A	S
NILTON BAIANO	PP	ES	N	A	N	N	S
PASTOR FRANKEMBERGEN	PP	RR	A	S	S	A	S
PEDRO HENRY	PP	MT	N	A	N	A	S
RONIVON SANTIAGO	PP	AC	N		N	A	
WAGNER LAGO	PP	MA	N	OBST	N	A	S
	14		42,86%	61,54%	21,43%	71,43%	23,08%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ATHOS AVELINO	PPS	MG	A	S			
ATILA LINS	PPS	AM	A	S	A	A	S
B.Sá	PPS	PI	N	S	N	A	S
COLBERT MARTINS	PPS	BA	N	S	N	N	N
DIMAS RAMALHO	PPS	SP	N	S	N	N	N
GERALDO RESENDE	PPS	MT	A	S	N	N	A
LEÔNIDAS CRISTINO	PPS	CE	N	S	N		
LUPERCIO RAMOS	PPS	AM	A	S	N	N - PMDB	S
ROBERTO FREIRE	PPS	PE	N	S	N	A	N
	9		44,44%	0,00%	12,50%	50,00%	16,67%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	OBST	A	S	A	N
ENÉAS	PRONA	SP	A	OBST	S	A	N
	2		50,00%	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
BARBOSA NETO	PSB	GO	A	S	N	A	S
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	N	S	A	A	S
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	N	S	A	N	S
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	N	S	A	A	S
	4		25,00%	0,00%	75,00%	50,00%	0,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
CABO JULIO	PSC	MG	A	S	A	A	A
RENATO COZZOLINO	PSC	RJ	A	S	A	N - SP	A
	2		100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
------	---------	----	---	---	---	---	---

ALOISIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	OBST	A	A		
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	A	A	N	A	N
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	OBST	OBST	N	S	N
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	A	OBST	A	S	N
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	N	S	N	N	S - PSB
ATILA LIRA	PSDB	PI	A	OBST	N	A	N
BISMARCK MAIA	PSDB	CE	A	A	N	S	N
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	A	A	N	A	N
CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	OBST	A	N	A	N
CORONEL ALVES	PSDB	AP	N	S	A-PL	A	S-PL
CUSTODIO MATTOS	PSDB	MG	A	OBST	N	A	N
DR HELENO	PSDB	RJ	A	A	A	S-PMDB	S-PSC
EDUARDO GOMES	PSDB	TO	A	OBST	N	A	
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	OBST	OBST	N	A	N
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	A	A	S	A	N
JUIZA DENISE FROSARD	PSDB	RJ	A	A	A	N PPS	N
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	OBST	OBST	N	S	A
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	A	A	A	S	A
NILSON PINTO	PSDB	PA	OBST	OBST	N	S	N
PAULO FEIJO	PSDB	RJ	A	OBST	N	OBST	N
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	OBST	A	N		
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	A	A	A	S	N
WALTER FELDMAN	PSDB	SP	A	OBST	N		
WILSON SANTOS	PSDB	MT	A	A			
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	OBST	A	N	A	A
	25		60,00%	48,00%	23,09%	45,00%	18,75%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
BISPO JOÃO MENDES DE JESUS	PSL	RJ		S	N	A	S-PSB
	1			0,00%	0,00%	100,00%	

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	A	S	N	A	S
ANTONIO CARLOS BIFFI	PT	MS	A	S	N	A	S
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	A	S	N	A	S
BABÁ	PT	PA	A	S	N	N	N - PSOL
BASSUMA, LUIZ	PT	BA	A	S	N	N	S
BISCAIA, ANTONIO CARLOS	PT	RJ		S	A	N	S
CARLITO MERSS	PT	SC	A	S	A	N	S
CARLOS ABICALIL	PT	MT	N	S	N	N	S
CARLOS SANTANA	PT	RJ	N	S	N	A	S

COLOMBO	PT	PR	A	S	A	N	A	
DR. ROSINHA	PT	PR	N	S	A	N	S	
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	A	S	N	A	S	
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	A	A		N	S	
FERNANDO FERRO	PT	PE	N	S	N	N	S	
GILMAR MACHADO	PT	MG	A	S	OBST	N	S	
GUILHERME MENEZES	PT	BA	N	S	N	N	S	
HELIO ESTEVES	PT	AP	A	A	N	A	A	
HENRIQUE AFONSO	PT	AC	N	S	N	A	S	
IARA BERNARDI	PT	SP	A	S	N	N	S	
IVAN VALENTE	PT	SP	N	S	N	N	N	
IVO JOSE	PT	MG	N	A	N	N	S	
JOÃO ALFREDO	PT	CE	N	S	A	N	N - PSOL	
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	N	S	A	A	A	
JOÃO FONTES	PT	SE	A	A	N	N -PDT	A	
JORGE BITTAR	PT	RJ	A	A	N	N	S	
JORGE BOEIRA	PT	SC	A	S	N	A	S	
JOSE PIMENTEL	PT	CE	A	A	N	N	S	
JOSIAS GOMES	PT	BA	A	S	A	A	S	
LÚCIA BRAGA	PT	PB	A	A	N	A	S - PMDB	
LUIZ ALBERTO	PT	BA	N	S	A	N	S	
LUIZ COUTO	PT	PB	A	S	N	N	S	
MANINHA	PT	DF	A	S	N	A	N - PSOL	
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	A	S	N		A	
MARIA DO ROSARIO	PT	RS	A	S	N	A	S	
MAURICIO RANDS	PT	PE	N	S	N	A	A	
MAURO PASSOS	PT	SC	N	S	A	A	A	
NEYDE APARECIDA	PT	GO	A	S	N	N	S	
NILSON MOURÃO	PT	AC	N	S	N	A	S	
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	A	S	N	A	N - PSOL	
PAULO BERNARDO	PT	PR	N	S	A			
PAULO DELGADO	PT	MG	A	A	N	N	S	
PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE	N	S	N	A	S	
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	N	A	N	N	S	
TELMA DE SOUZA	PT	SP	A	A	A	A	A	
TEREZINHA FERNANDES	PT	MA	N	S	N	N	S	
VANDER LOUBET	PT	MS	N	S	N	A	S	
VIGNATTI	PT	SC	A	S	A	A	A	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	N	S	N		S	
		48		56,25%	20,83%	23,40%	48,84%	21,43%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
ALEX CAZIANI	PTB	PR	A	A	S	A	A

EDUARDO SEABRA	PTB	AP	N	S	S	N	S
ELAINE COSTA	PTB	RJ	N	A	S	A	A
JACKSON BARRETO	PTB	SC	A	S	N	A	S
JAIR BOLSONARO	PTB	RJ	S	N	S	S	N
JOSE CARLOS ELIAS	PTB	ES	N	A	S		
JOSE MILITAO	PTB	MG	N	S	S	A	S
LUIZ ANTÔNIO FLEURY	PTB	SP	N	S	S	OBST	A
PEDRO FERNANDES	PTB	MA	N	S	S	N	S
PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	N	S	S	A	S
RONALDO VASCONCELOS	PTB	MG	A	S	A		
SALVADOR ZIMBALDI	PTB	SP	N	S	A	A	S -PSB
	12		25,00%	25,00%	16,67%	60,00%	42,86%

NOME	PARTIDO	UF	1	2	3	4	5
LEONARDO MATOS	PV	MG	N	A	S	A	N
MARCELO ORTIZ	PV	SP	N	A	S	A	N
	2		0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%

1 - REQUERIMENTO - PREFERÊNCIA PARA MPV Nº 146/2003 – 1

Ementa: Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando a carreira do Seguro Social e a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS.

2 - MPV Nº 160/2003 - REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO E DO ENCAMINHAMENTO – 2

Ementa: Dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.

3 - PEC Nº 227/2004 - DVS Nº 1 PTB - INCISO XI, ALÍNEA "a" e "e" DO ARTIGO 37.

Ementa: Altera os artigos 37, 40, 144, 194, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera os artigos 28, 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: PEC Paralela - Altera a Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - Reforma da Previdência ou Previdenciária.

4 - MPV Nº 231/2004 - DVS PSDB - EMENDA Nº 13

Ementa: Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona, institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Intensiva de Assistência à Saúde - GIAAS, e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde - GI-PAS; altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; revoga o art. 17 da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando a GIAAS destinada aos servidores do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB), Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (INTO), Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras (INCL) e Hospital Geral do Servidor do Rio de Janeiro (HSE).

5 - MPV Nº 269/2005 - DVS PSDB - ARTIGO 13

Ementa: Altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 2004; e dá outras providências. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas - ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; 9.074, de 07 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga o prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 08 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Criando cargos efetivos na ANAC; permitindo aos servidores integrantes das Carreiras de Ciência e Tecnologia integrar o Quadro de Pessoal Específico da ANAC; instituindo a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação (GDATR) devida aos ocupantes dos cargos das Agências Reguladoras. Dispondo sobre a cobrança da TFAC - Taxa de Fiscalização da Aviação Civil.

Anexo 3 -DADOS ACADÊMICOS E FUNCIONAIS DOS DEPUTADOS – 51ª LEGISLATURA - 1999-2003

NOME	Partido	UF	FORMAÇÃO	ÓRGÃO	CARGO	ÓRGÃO	CARGO
ADEMIR LUCAS GOMES	PSDB	MG	DIREITO	DIVERSOS			
ADOLFO MARINHO	PSDB	CE	ENGENHARIA	UFCE	PROFESSOR		
AGNELO QUEIROZ	PC Do B	DF	MEDICINA	FHDF			
ALBÉRICO CORDEIRO	PTB	AL	NIVEL MEDIO	SENADO			
ALCEU COLARES	PDT	RS	DIREITO	CORREIOS			
ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	NIVEL MEDIO	SE PUB MA			
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	DIREITO	POL CIVIL RJ	DELEGADO		
ALEX CAZIANI	PTB	PR	DIREITO	CARTÓRIO	REG IMOV		
ALMEIDA DE JESUS	PMDB	CE	NIVEL MEDIO	SE PUB FADEC CE			
ALUOIZIO MERCADANTE	PTB	SP	ECONOMIA	UNICAMP	PROFESSOR		
ALOISIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	DIREITO	USP	PROFESSOR	SEC JUSTIÇA SP	PROCURADOR
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	MEDICINA	INAMPS			
ANIBAL GOMES	PSDB	CE	ODONTOLOGIA	SEC SAUDE CE			
ANIVALDO VALE	PSDB	PA	NIVEL BASICO	BANCO DO BRASIL	BANCARIO	SE PUB MG,AM,PA	
ANTONIO CAMBRAIA	PMDB	CE	ECONOMIA	UECE	PROF	BNH, BEC	
ANTONIO FLEURY	PTB	SP	DIREITO	MIN PUB SP	PROCURADOR	PM SP	POLICIAL
ANTONIO GERALDO	PFL	SE	LETRAS	BANDEPE	BANCARIO		
ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MT	VETERINÁRIA	GOV MT			
ANTONIO JORGE	PFL	TO	ADM EMP	CAMARA DEPUTADOS	SE PUB		
ANTONIO KANDIR	PSDB	SP	ECONOMIA	IPEA			
ANTONIO PALOCCI	PT	SP	MEDICINA	SEC SAUDE SP			
ARACELY DE PAULA	PFL	MG	DIREITO	MIN PUB MG			
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	ENGENHARIA	COELCE		UFCE	PROFESSOR
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	MEDICINA	INAMPS			
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	RJ	ACAD MIL	EXÉRCITO	OFICIAL		
AROLD DO CEDRAZ	PFL	BA	VETERINÁRIA	UFBA	PROFESSOR		
ARTHUR VIRGILIO	PSDB	AM	DIREITO	MIN REL EXT	DIPLOMATA		
ATILA LINS	PFL	AM	DIREITO	TCE AM	AUDITOR		
ATILA LIRA	PFL	PI	ECONOMIA	DASP		SEC TRAB PI	
AVENZOAR ARRUDA	PT	PB	ENGENHARIA	ETF PB	PROFESSOR		
AYRTON XEREZ	PSDB	RJ	ENGENHARIA				
B.Sá	PSDB	PI	MEDICINA	UFPI	PROFESSOR		
BENEDITO DIAS	PFL	AP	MEDICINA	SEC SAUDE PI			
BENITO GAMA	PFL	BA	ECONOMIA		AUDITOR		
BETINHO ROSADO	PFL	RN	AGRONOMIA	SEC AGRIC RN			
CABO JULIO	PL	MG	NIVEL MEDIO	PM MG	POLICIAL		
CARLITO MERSS	PT	SC	ECONOMIA	COL.EST.GOV.CELSO RAMOS	PROFESSOR		
CECI CUNHA	PSDB	AL	MEDICINA	FUSAL - AL			

CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	HISTORIA	ESCOLAS PUB MT	PROFESSOR		
CELSO GIGLIO	PTB	SP	MEDICINA	INPS			
CONFUCIO MOURA	PMDB	RO	MEDICINA	GOV RO	MEDICO	PM GO	POLICIAL
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	DIREITO	GOV SP	TEC ADM		
CORONEL GARCIA	PSDB	RJ	ACAD MIL	EXÉRCITO	OFICIAL		
CUSTODIO MATTOS	PSDB	MG	DIREITO	CAMARA JUIZ DE FORA	SE PUB	BDMG	
DANILO DE CASTRO	PSDB	MG	NIVEL MEDIO	CEF	BANCARIO		
DARCI COELHO	PFL	TO	DIREITO	MPMG	PROMOTOR	TJ MG	JUIZ
DARCISIO PERONDI	PMDB	RS	MEDICINA	MIN SAUDE			
DELFINO NETTO	PPB	SP	ECONOMIA	USP	PROFESSOR		
DEUSDETH PANTOJA	PFL	PA	CONTABILIDADE		SE PUB		
DJALMA PAES	PSB	PE	DIREITO	COMPESA PE			
DR. ROSINHA	PT	PR	MEDICINA	PREFEITURA DE CURITIBA			
EBER SILVA	PDT	RJ	LETRAS	SEC EDUC RJ	PROFESSOR		
EDINHO ARAUJO	PMDB	SP	DIREITO	SEC EDUC SP	PROFESSOR	INPS	PROCURADOR
EDINHO BEZ	PMDB	SC	CONTABILIDADE	CEF	BANCARIO		
EDMAR MOREIRA	PPB	MG	DIREITO	PM MG	OFICIAL		
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	MEDICINA	FUN MUN SAL.PARA DE MG			
EDUARDO JORGE	PT	SP	MEDICINA	SEC SAUDE SP			
EDUARDO SEABRA	PTB	AP	MATEMATICA	SEC EDUC PA	PROFESSOR		
ERALDO TINOCO	PFL	BA	ADM PUB	UFBA	PROFESSOR		
EULER MORAIS	PMDB	GO	ECONOMIA	EMBRAPA		INCRA	
EURIPEDES MIRANDA	PDT	RJ	DIREITO	POL CIVIL RJ	DELEGADO		
EXPEDITO JUNIOR	PFL	RO	MAGISTERIO	SEC EDUC RO	PROFESSOR		
FELIX MENDONÇA	PTB	BA	ENGENHARIA	SEC AGRICULTURA BA			
FERNANDO CORUJA	PDE	SC	MEDICINA	INAMPS		SEC SAUDE SC	
FERNANDO FERRO	PT	PE	ENGENHARIA	CHESF			
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	MEDICINA	EXÉRCITO	OFICIAL		
FERNANDO MARRONI	PT	RS	ENGENHARIA	UNIV FED PELOTAS	SE PUB		
FEU ROSA	PSDB	ES	ENGENHARIA	UFES	PROFESSOR		
FLAVIO ARNS	PSDB	PR	LETRAS	UFPR	PROFESSOR		
FONSECA JUNIOR	PFL	ES	DIREITO	MIN REL EXT	DIPLOMATA		
FRANCISCO DORNELES	PPB	RJ	DIREITO		SE PUB		PROFESSOR
FRANCO MONTORO	PSDB	SP	DIREITO	USP	PROFESSOR		
FREIRE JUNIOR	PMDB	TO	ECONOMIA	CEF		MAER	
GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	DIREITO	CNPq			
GERALDO MAGELA	PT	DF	NIVEL MEDIO	BANCO DO BRASIL			
GERALDO SIMÕES	PT	BA	ADMINISTRAÇÃO	EMATER		CEPLAC	
GILMAR MACHADO	PT	MG	HISTORIA	SEC EDUC MG	PROFESSOR		
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	DIREITO	RFFSA	TELEGRAFISTA		
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	DIREITO	PROC GERAL JUSTIÇA PR		TRIB ALÇADA PR	

HAROLDO LIMA	PC Do B	BA	ENGENHARIA	COELBA			
HELIO SANTOS	PDT	SP	MEDICINA	SEC SAUDE SP		UNICAMP	
HERÁCLITO FORTES	PFL	PI			SE PUB		
HILDEBRANDO PASCOAL	PFL	AC	ACAD MIL	PM SP	OFICIAL		
IARA BERNARDI	PT	SP	CIENCIAS	SEC EDUC SP	PROFESSOR		
IÉDIO ROSA	PMDB	RJ	DIREITO	DEFENSORIA PUB RJ	DEF PUB		
INACIO ARRUDA	PC Do B	CE	NIVEL MEDIO	TJ CE			
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	MEDICINA	SEC SAUDE SE			
JAIR BOLSONARO	PPB	RJ	ACAD MIL	EXÉRCITO	OFICIAL		
JOÃO BATISTA BABÁ	PT	PA	ENGENHARIA	TRT	OFICIAL DE JUST	UFPA	PROFESSOR
JOÃO FASSARELA	PT	MG	SOCIOLOGIA	PREF. GOV VALADARES			
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	HISTORIA	SEC EDUC DOURADOS	PROFESSOR		
JOÃO HENRIQUE	PMDB	PI	DIREITO	BEP			
JOÃO MATOS	PMDB	SC	GEOGRAFIA	SEC EDUC SC	PROFESSOR		
JOÃO MENDES	PPB	RJ	ENGENHARIA	DER		ETF E UFPE	PROFESSOR
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC	ENGENHARIA		SE PUB		
JOÃO SAMPAIO	PDT	RJ	ARQUITETURA	SEC OBRAS RJ		BNH	
JORGE BITTAR	PT	RJ	ENGENHARIA	EMBRATEL			
JORGE COSTA	PMDB	PA	MEDICINA	SEC SAUDE PA			
JOSE ANTONIO	PSB	MA	DIREITO	TJ MA		MP MA	
JOSE CARLOS ALELUIA	PFL	BA	ENGENHARIA	UFBA	PROFESSOR		
JOSE CARLOS ELIAS	PTB	ES	DIREITO	BANESTES			
JOSE MACHADO	PT	SP	ECONOMIA	BANESPA		SEC FAZ FERNADOP.	
JOSE MELO	PFL	AM	ECONOMIA	GOV AM	SE PUB		
JOSE MILITAO	PSDB	MG	DIREITO	SEC FAZENDA MG			
JOSE PIMENTEL	PT	CE	DIREITO	BANCO DO BRASIL			
JOSE THOMAZ NONÔ	PSDB	AL	DIREITO	MP AL	PROMOTOR		
JUQUINHA	PMDB	GO	ENGENHARIA	CELG			
LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	DIREITO		SE PUB		
LEODEGAR TISCOSKI	PPB	SC	ENGENHARIA	ETF SC	PROFESSOR		
LUISINHO	PSDB	RJ	NIVEL MEDIO	PM RJ	POLICIAL		
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	ENGENHARIA	BD GOIÁS		UFGO	PROFESSOR
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	ECONOMIA	SEC EDUC PR			
LUIZ MOREIRA	PFL	BA	MEDICINA	EXERCITO	OFICIAL		
LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	SERVIÇO SOCIAL	PREFEITURAS DE SP E PB			
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	MEDICINA	SEC SAUDE PI			
MARCIO MATOS	PT	PR	MEDICINA	HEMOPAR PR			
MARCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG	ECONOMIA	MIN SAUDE			
MARCOS AFONSO	PT	AC	NIVEL MEDIO	SEC EDUC AC			
MARCOS DE JESUS	PTB	PE	NIVEL MEDIO	HOSP GERAL EXERCITO	AUX ENFERM		
MARIA ABADIA	PSDB	DF	SERVIÇO SOCIAL	FEDF	PROFESSOR	SEC SERV SOCIAL DF	
MARIA DO	PT	MG	PSICOLOGIA	SEC EDUC MG	PROFESSOR		

CARMO LARA								
MARINHA RAUPP	PSDB	RO	PSICOLOGIA	SEC EDUC RO	PROFESSOR			
MARISA SERRANO	PSDB	MS	LETRAS	UNIV EST CAMPO GRANDE	PROFESSOR			
MAURO LOPES	PMDB	GO	DIREITO	POL RODOV FEDERAL				
MAX MAURO	PTB	ES	MEDICINA	INAMPS				
MILTON TEMER	PT	RJ		MARINHA MERCANTE	OFICIAL			
MORONI TORGAN	PSDB	CE	DIREITO	POLICIA FEDERAL	DELEGADO			
MUSSA DEMES	PFL	PI	DIREITO	MIN FAZENDA	FISCAL			
NEIVA MOREIRA	PDT	MA	JORNALISMO	PREF SÃO LUIS	FISCAL			
NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS	DIREITO	BANCO DO BRASIL				
NELSON TRAD	PTB	MS	DIREITO	IAPAS	PROCURADOR			
NICE LOBÃO	PFL	MA	NIVEL MEDIO		SE PUB			
NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	ENGENHARIA		PROFESSOR			
NILSON MOURÃO	PT	AC	TEOLOGIA	UFAC	PROFESSOR			
NILSON PINTO	PSDB	PA	GEOLOGIA	UFPA	PROFESSOR			
NILTON BAIANO	PPB	ES	MEDICINA	UFBA	PROFESSOR	UFES		PROFESSOR
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	DIREITO	UNIOESTE	PROFESSOR			
PADRE ROQUE	PT	PR	FILOSOFIA	UNIV EST PONTA GROSSA	PROFESSOR			
PAES LANDIM	PFL	PI	DIREITO	UnB	PROFESSOR			
PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	MEDICINA	BANCO DO BRASIL				
PAULO DELGADO	PT	MG	SOCIOLOGIA		PROFESSOR			
PAULO FEIJO	PSDB	RJ	ENGENHARIA	RFFSA				
PAULO MARINHO	PSC	MA	DIREITO	PROC GERAL ESTADO MA				
PEDRO CELSO	PT	DF	NIVEL MEDIO	TCB				
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	ENGENHARIA	CRISA GO				
PEDRO EUGENIO	PSB	PE	ECONOMIA	UFPE	PROFESSOR			
PEDRO HENRY	PSDB	MT	MEDICINA	SSP CUIABÁ		SEC JUSTIÇA MT		
PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	DIREITO		AUDITOR FISCAL			
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	DIREITO	BANCO DO BRASIL				
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	MATEMATICA	SEC EDUC SP				
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	MEDICINA	DIV ORGÃOS MG				
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	MEDICINA	DIV ORGÃOS CE				
RAIMUNDO SANTOS	PFL	PA	DIREITO	BASA				
REGIS CAVALCANTE	PPS	AL	DIREITO	UFAL	PROFESSOR			
RENILDO LEAL	PMDB	AL	MEDICINA	INSS	PERITO			
RICARDO BERZOINI	PT	SP	NIVEL MEDIO	BANCO DO BRASIL				
SALATIEL CARVALHO	PPB	PE	ENGENHARIA	CELPE				
SALOMÃO CRUZ	PSDB	RR	GEOLOGIA	DNPM				
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP	NIVEL MEDIO		SE PUB			
SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	MEDICINA	UFMG	PROFESSOR			
SAULO PEDROSA			MEDICINA	MIN SAUDE				
SERGIO BARROS	PDT	AC	ENGENHARIA	INCRA		UFAC		
TADEU FILIPELLI	PMDB	DF	ENGENHARIA		SE PUB			

TELMA DE SOUZA	PT	SP	DIREITO	SEC EDUC SP	PROFESSOR		
TEMISTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI	DIREITO	MIN FAZENDA			
VANESSA GRAZIOTIN	PC Do B	AM	FARMACIA	SEC EDUC AM			
VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC	MEDICINA	INAMPS			
VILMAR ROCHA	PFL	GO	DIREITO	SEC EDUC GO			
WALTER PINHEIRO	PT	BA	NIVEL MEDIO	TELEBAHIA			
WANDERLEY MARTINS	PDT	RJ	DIREITO	POLICIA CIVIL RJ	DELEGADO		
WELLINGTON DIAS	PT	PI	NIVEL MEDIO	BEP			
WILSON SANTOS	PMDB	MT	DIREITO	SEC EDUC MT	PROFESSOR		
XICO GRAZIANO	PSDB	SP	AGRONOMIA	UNESP	PROFESSOR		
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	ECONOMIA	UFRGS	PROFESSOR		
ZAIRE RESENDE			MEDICINA	HOSP REDE PUB MG, SP, RJ			
ZILA BEZERRA	PFL	AC	LETRAS	FEDEF	PROFESSOR	MIN REL EXT	OF CHANCEL

ANEXO 4 - DADOS ACADÊMICOS E FUNCIONAIS DOS DEPUTADOS – 52ª LEGISLATURA - 2003-2007

NOME	Partido	UF	FORMAÇÃO	ÓRGÃO	CARGO	ÓRGÃO	CARGO
AGNELO QUEIROZ	PC Do B	DF	MEDICINA	FHDF			
ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	ACAD MIL	PM DF	OFICIAL		
ALCEU COLARES	PDT	RS	DIREITO	CORREIOS			
ALEX CAZIANI ALICE PORTUGAL ALMEIDA DE JESUS	PSDB PC Do B	PR BA	DIREITO FARMACIA	CARTÓRIO HOSPITAL UFBA	REG IMOV		
ALOISIO NUNES FERREIRA	PL	CE	NIVEL MEDIO	SE PUB FADEC CE		SEC JUSTIÇA SP	PROCURADOR
ANDRÉ LUIZ ANDRÉ ZACHAROW	PSDB PDT	SP PR	DIREITO DIREITO	USP CÂMARA MUNICIPAL RJ UFPR	PROFESSOR SE PUB PROFESSOR		
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	MEDICINA	INAMPS			
ANIBAL GOMES	PMDB	CE	ODONTOLOGIA	SEC SAUDE CE			
ANIVALDO VALE ANTONIO CAMBRAIA ANTONIO CARLOS BIFFI ANTONIO CARLOS MENDES THAME ARACELY DE PAULA ARIOSTO HOLANDA ARLINDO CHINAGLIA AROLDE DE OLIVEIRA AROLDO CEDRAZ ASDRUBAL BENTES	PSDB PSDB PT PSDB PFL PSDB	PA CE M S SP M G CE	NIVEL BASICO ECONOMIA PEDAGOGIA AGRONOMIA DIREITO ENGENHARIA	BANCO DO BRASIL UECE PEDAGOGIA ESALQ MIN PUB MG COELCE	BANCARIO PROFESSOR PROFESSOR PROFESSOR PROFESSOR	SE PUB MG,AM,PA BNH, BEC	PROFESSOR
ATHOS AVELINO	PPS	SP	MEDICINA	UNIMONTES	PROFESSOR		
ATILA LINS	PFL	RJ	ACAD MIL	EXÉRCITO	OFICIAL		
ATILA LIRA B.SA	PFL PSDB	BA	VETERINÁRIA	UFBA	PROFESSOR		
BABÁ	PMDB	PB	DIREITO	SEC EDUC PARA	PROFESSOR	TCE	PROCURADOR
BARBOSA NETO	PPS	MG	MEDICINA	UNIMONTES	PROFESSOR		
BASSUMA BENEDITO DE LIRA	PFL PSDB	AM PI	DIREITO ECONOMIA	TCE AM	AUDITOR	SEC TRAB PI	
BISCAIA	PT	PA	ENGENHARIA	TRT	PROFESSOR OFICIAL DE JUST	UFPA	PROFESSOR
BISMARCK MAIA BISPO JOÃO BATISTA BISPO JOÃO MENDES DE JESUS	PT PMDB PTB	GO O BA AL	ENGENHARIA NIVEL MEDIO ENGENHARIA DIREITO	PETROBRAS SEC FAZENDA DE ALAGOAS	SE PUB SE PUB		PROCURADOR
CABO JULIO	PT	RJ	DIREITO	BANCO DO BRASIL		MP RJ	
CARLITO MERSS CARLOS	PSDB PFL PDT PST PT	CE SP RJ M G SC MT	NIVEL MEDIO ECONOMIA ECONOMIA NIVEL MEDIO ECONOMIA FILOSOFIA	INCRA EMBRTEL PM MG COL.EST.GOV.CELSO RAMOS SEC EDUC MT	POLICIAL PROFESSOR PROFESSOR	EMBRATEL SEC FINANÇAS GB	

ABICALIL CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	G O	NIVEL MEDIO	SEC ADM GO		CELG		
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	RN	ECONOMIA	ESC SUP AGRI MOSSORÁ	PROFESSOR			
CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	DIREITO	MP SP	PROMOTOR			
CARLOS SANTANA CELCITA PINHEIRO	PT	RJ	NIVEL MEDIO	RFFSA				
	PFL	MT	HISTÓRIA	SEC EDUC MT	PROFESSOR			SEC SAUDE BA
COLBERT MARTINS	PPS	BA	MEDICINA	INAMPS				
COLOMBO CONFUCIO MOURA	PT	PR	HISTÓRIA	SEC EDUC PR	PROFESSOR			
	PMDB	O	MEDICINA	GOV RO	MEDICO	PM GO		POLICIAL
CORAUCI SOBRINHO CORIOLANO SALES	PFL	SP	DIREITO	GOV SP	TEC ADM			
	PDT	BA	DIREITO	BNB				BANEB
CORONEL ALVES COSTA	PSDB	AP	ACAD MIL	PM AP	OFICIAL FISCAL TRABALHO			
FERREIRA CUSTODIO MATTOS	PFL	M	DIREITO	DRT MA CAMARA JUIZ DE FORA	SE PUB	BDMG		
DANILO DE CASTRO	PSDB	G	DIREITO	CEF	BANCARIO			
DARCI COELHO DARCISIO PERONDI	PFL	TO	DIREITO	MPMG	PROMOTOR	TJ MG		JUIZ
	PMDB	RS	MEDICINA	MIN SAUDE				
DELFIN NETTO	PPB	SP	ECONOMIA	USP	PROFESSOR			
DIMAS RAMALHO DR BENEDITO DIAS	PPS	SP	DIREITO	MP SP	PROCURADOR			
	PPB	AP	MEDICINA	SEC SAUDE AP CAMARA MUNICIPAL DO RJ				
DR HELENO	PSDB	RJ	DIREITO					
DR HELIO	PDT	SP	MEDICINA	SEC SAUDE SP				UNICAMP
DR PINOTTI	PMDB	SP	MEDICINA	UNICAMP PREFEITURA DE CURITIBA				
DR. ROSINHA	PT	PR	MEDICINA CONTABILIDAD	CEF	BANCARIO			
EDINHO BEZ EDMAR MOREIRA	PMDB	SC	M					
	PPB	G	DIREITO	PM MG	OFICIAL			UFRJ, UFRGS, UFBA
EDSON EZEQUIEL EDUARDO GOMES	PSB	RJ	ENGENHARIA	PETROBRAS				
	PSDB	TO	NIVEL MEDIO		SE PUB			
EDUARDO SEABRA EDUARDO VALVERDE	PTB	AP	MATEMATICA	SEC EDUC PA	PROFESSOR			
	PT	O	DIREITO	ELETRONORTE				DRT FISCAL
ELAINE COSTA ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PDT	RJ	NIVEL MEDIO		SE PUB			PROFESSOR
	PRON A	SP	MEDICINA	HOSP MUN PIABETÁ - MAGÉ				
ENÉAS	PRON A	SP	MEDICINA	INSS				
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	PEDAGOGIA	SEC DE EDUC RN	PROFESSOR			SEC EDUC NATAL SEC SAUDE SC
								PROFESSOR
FERNANDO CORUJA FERNANDO FERRO FERNANDO LOPES	PDT	SC	MEDICINA	INAMPS				
	PT	PE	ENGENHARIA	CHESF				
	PSB	RJ	ECONOMIA	UFF	PROFESSOR	UFRJ		PROFESSOR

FEU ROSA	PSDB	ES	ENGENHARIA	UFES	PROFESSOR	
FRANCISCO	PPB	RJ	DIREITO		SE PUB	PROFESSOR
DORNELES		M				
GASTÃO VIEIRA	PMDB	A	DIREITO	CNPq		
GERALDO	PPS	MT	MEDICINA	HOSPITAIS DE MT		
RESENDE						
GILBERTO	PSB	SP	DIREITO	POLICIA CIVIL SP	DELEGADO	
NASCIMENTO		M				
GILMAR	PT	G	HISTORIA	SEC EDUC MG	PROFESSOR	
MACHADO						
GONZAGA	PSB	PE	DIREITO	RFFSA	TELEGRAFISTA	
PATRIOTA						
GUILHERME	PT	BA	MEDICINA	SEC SAUDE BA		
MENEZES						
GUSTAVO				PROC GERAL		TRIB
FRUET	PMDB	PR	DIREITO	JUSTIÇA PR		ALÇADA
HELENILDO						PR
RIBEIRO	PSDB	AL	DIREITO	MP AL	PROMOTOR	
HELIO ESTEVES	PT	AP	ENGENHARIA	ELETRONORTE		
HENRIQUE				SEC EDUC		
AFONSO	PT	AC	PEDAGOGIA	CRUZEIRO DO SUL		
IARA BERNARDI	PT	SP	CIENCIAS	SEC EDUC SP	PROFESSOR	
	PC Do					
INACIO ARRUDA	B	CE	NIVEL MEDIO	TJ CE		
IVAN VALENTE	PT	SP	ENGENHARIA	SEC EDUC SP		
		M				
IVO JOSE	PT	G	NIVEL MEDIO	TELEMIG		
JACKSON						
BARRETO	PMN	SC	DIREITO	ECT		MIN.
JAIR						FAZENDA
BOLSONARO	PPB	RJ	ACAD MIL	EXÉRCITO	OFICIAL	
JANDIRA	PC Do			HOSP GERAL		
FEGHALLI	B	RJ	MEDICINA	BONSUCESSO		
JOÃO ALFREDO	PT	CE	DIREITO	TC MUN. CE	AUDITOR	
		G				
JOÃO CAMPOS	PSDB	O	DIREITO	POLICIA CIVIL GO	DELEGADO	
JOÃO CORREIA	PMDB	AC	ECONOMIA	UFAC	PROFESSOR	
JOÃO FONTES	PT	SE	DIREITO	ENERGIPE		
		M		SEC EDUC		
JOÃO GRANDÃO	PT	S	HISTORIA	DOURADOS	PROFESSOR	
JOÃO						
PIZZOLATTI	PPB	SC	ENGENHARIA		SE PUB	
JORGE BITTAR	PT	RJ	ENGENHARIA	EMBRATEL		
JORGE BOEIRA	PT	SC	ENGENHARIA	ETF SC	PROFESSOR	
JOSE CARLOS						
ALELUIA	PFL	BA	ENGENHARIA	UFBA	PROFESSOR	
JOSE CARLOS						
ELIAS	PTB	ES	DIREITO	BANESTES		
		M				
JOSE MILITAO	PTB	G	DIREITO	SEC FAZENDA MG		
JOSÉ OTÁVIO						
GERMANO	PPB	RS	DIREITO	BANRISUL		
JOSE PIMENTEL	PT	CE	DIREITO	BANCO DO BRASIL		
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	MEDICINA	SEC SAUDE BA		HOSP
JOSE THOMAZ						GERAL
NONÔ	PFL	AL	DIREITO	MP AL	PROMOTOR	PM BA
JOSIAS GOMES	PT	BA	AGRONOMIA	SEC PLAN		
JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ	DIREITO	POLICIA MILITAR	OFICIAL	
JUIZA DENISE						
FROSARD	PSDB	RJ	DIREITO	PODER JUDICIÁRIO	JUIZA	
JULIO CESAR	PFL	PI	DIREITO	SEC FAZENDA PI		
LAURA						
CARNEIRO	PFL	RJ	DIREITO		SE PUB	
LEODEGAR						
TISCOSKI	PPB	SC	ENGENHARIA	ETF SC	PROFESSOR	
LEONARDO		M				
MATOS	PV	G	ECONOMIA		SE PUB	

LEÔNIDAS CRISTINO	PPS	CE	ENGENHARIA SERVIÇO SOCIAL	PREFEITURA DE FORTALEZA			
LÚCIA BRAGA	PSDB	PB	SOCIAL	INPS			
LUIZ ALBERTO LUIZ ANTÔNIO FLEURY	PT	BA	NIVEL MEDIO	PETROBRAS			
LUIZ BITTENCOURT	PTB	SP	DIREITO	MIN PUB SP	PROCURADOR	PM SP	POLICIAL
		G					
	PMDB	O	ENGENHARIA	BD GOIÁS		UFGO	PROFESSOR
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	ECONOMIA INST URB MUNIC.	SEC EDUC PR			
LUIZ CARREIRA	PFL	BA	SALVADOR				
LUIZ COUTO	PT	PB	FILOSOFIA SERVIÇO SOCIAL	UFPB PREFEITURAS DE SP E PB	PROFESSOR		
LUIZA ERUNDINA LUPERCIO RAMOS	PSB	SP	A				
	PL	M	DIREITO	SEC EDUC AM	PROFESSOR		
MANINHA MARCELO CASTRO	PT	DF	MEDICINA	INSS			
MARCELO ORTIZ MARCIO REINALDO MOREIRA	PMDB	PI	MEDICINA	SEC SAUDE PI			
	PV	SP	DIREITO	MP SP	PROCURADOR	UNESP	PROFESSOR
		M					
	PPB	G	ECONOMIA	MIN SAUDE HOSP GERAL EXERCITO	AUX ENFERM		
JESUS MARIA DO CARMO LARA	PL	PE	NIVEL MEDIO				
	PT	M					
		G	PSICOLOGIA	SEC EDUC MG	PROFESSOR		
MARIA DO ROSARIO	PT	RS	PEDAGOGIA	SEC EDUC RS		SEC EDUC P.ALEGRE	
MARINHA RAUPP MARIO HERINGER MAURICIO QUINTELA LESSA MAURICIO RANDS	PMDB	R	PSICOLOGIA	SEC EDUC RO	PROFESSOR OF.SOCORRISTA		
	PDT	M	MEDICINA	BOMBEIROS			
		G					
	PSB	AL	DIREITO	TRT AL			
	PT	PE	DIREITO	UFPE POL RODOV FEDERAL			
MAURO LOPES MAURO PASSOS MORONI	PMDB	O	DIREITO	ELETROSUL			
	PT	SC	ENGENHARIA				
TORGAN	PFL	CE	DIREITO	POLICIA FEDERAL	DELEGADO		
MUSSA DEMES	PFL	PI	DIREITO	MIN FAZENDA PREFEITURA DE S.LUIS MA	FISCAL		
NEIVA MOREIRA	PDT	A	JORNALISMO		FISCAL		
NELSON TRAD NEYDE APARECIDA	PTB	M	DIREITO	IAPAS SEC EDUC QUIRINÓPOLIS	PROCURADOR		
	PT	S					
		G					
		O	FILOSOFIA		PROFESSOR		
NICE LOBÃO	PFL	M	NIVEL MEDIO		SE PUB		
NICIAS RIBEIRO NILSON MOURÃO	PSDB	A	ENGENHARIA		PROFESSOR		
	PT	PA					
		AC	TEOLOGIA	UFAC	PROFESSOR		
NILSON PINTO	PSDB	PA	GEOLOGIA	UFPA	PROFESSOR		
NILTON BAIANO	PPB	ES	MEDICINA	UFBA	PROFESSOR	UFES	PROFESSOR
NOGUEIRA ORLANDO FANTAZZINI OSMAR SERRAGLIO	PT	AP	LETRAS	TJ AP			
	PT	SP	DIREITO	TJ SP			
	PMDB	PR	DIREITO	UNIOESTE	PROFESSOR		

PASTOR FRANKEMBERGE N	PPB	RR	CONTABILIDAD E	POLICIA CIVIL		
PASTOR JORGE PATRUS ANANIAS	PMDB	DF M	CONTABILIDAD E	BANCO DO BRASIL		
PAULO AFONSO PAULO	PT	G	DIREITO	ALEMG	SE PUB	
BALTAZAR PAULO	PMDB	SC	DIREITO	SEC FAZENDA SC	FISCAL	
BERNARDO PAULO	PSB	RJ	MEDICINA	BANCO DO BRASIL		
DELGADO	PT	PR M	NIVEL MEDIO	BANCO DO BRASIL		
PAULO FEIJO	PT	G	SOCIOLOGIA		PROFESSOR	
PAULO MARINHO PAULO RUBEM SANTIAGO	PSDB	RJ M	ENGENHARIA	RFFSA PROC GERAL ESTADO MA		
	PFL	A	DIREITO			
PEDRO CHAVES PEDRO FERNANDES	PT	PE G	ED. FISICA	UFPE	PROFESSOR	
	PMDB	O	ENGENHARIA	CRISA GO		
	PFL	M A	ENGENHARIA	BEM		
PEDRO HENRY	PPB	MT M	MEDICINA	SSP CUIABÁ		SEC JUSTIÇA MT
PEDRO NOVAIS PERPÉTUA ALMEIDA	PMDB PC Do B	A	DIREITO		AUDITOR FISCAL	
PHILEMON RODRIGUES POMPEO DE MATTOS	PL	PB	TEOLOGIA	BANACRE		SEC EDUC AC
PROFESSOR LUIZINHO PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PL	PB	TEOLOGIA	GOV MG	SE PUB	
PROMOTOR AFONSO GIL RAFAEL GUERRA	PDT	RS	DIREITO	BANCO DO BRASIL		
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PT	SP	MATEMATICA	SEC EDUC SP		
RAIMUNDO SANTOS	PSDB	G O	LETRAS	UFGO		UnB
RENATO COZZOLINO RICARDO BERZOINI	PSDB PC Do B	PI	DIREITO	MP PI		
ROBERTO FREIRE	PSDB	M G	MEDICINA	DIV ORGÃOS MG		
RONALDO CUNHA LIMA	PSDB	CE	MEDICINA	DIV ORGÃOS CE		
RONALDO VASCONCELOS	PL	PA	DIREITO	BASA		
RONIVON SANTIAGO SALVADOR ZIMBALDI	PSC	RJ		M	MILITAR	
	PT	SP	NIVEL MEDIO	BANCO DO BRASIL		
SAMEK	PPS	PE	DIREITO	INCRA	PROCURADOR	
SARAIVA FELIPE SEVERIANO ALVES	PSDB	PB M	DIREITO	MP PE		
TADEU FILIPELLI TELMA DE SOUZA	PL	G	ENGENHARIA	UFMG	PROFESSOR	
TEREZINHA FERNANDES VANDER LOUBET	PL	AC	ED. FISICA	SEC EDUC AC		
	PSDB	SP	NIVEL MEDIO		SE PUB	
	PT	PR M	AGRONOMIA	SEC AGR E ABAST PR		
	PMDB	G	MEDICINA	UFMG	PROFESSOR	
	PDT	BA	DIREITO	MIN EDUC	PROCURADOR	
	PMDB	DF	ENGENHARIA		SE PUB	
	PT	SP	DIREITO	SEC EDUC SP	PROFESSOR	
	PT	A	LETRAS	SEC FAZENDA MA		
	PT	M S	NIVEL MEDIO		SE PUB	BANCARIO

VANESSA GRAZIOTIN	PC Do B	A M	FARMACIA	SEC EDUC AM PREFEITURA DE CHAPECÓ	
VIGNATTI	PT	SC G			TEC ADM
VILMAR ROCHA	PFL	O M	DIREITO	SEC EDUC GO	
WAGNER LAGO	PDT	A	DIREITO	MP MA	PROMOTOR
WALTER FELDMAN	PSDB	SP	MEDICINA	SEC SAUDE MUN S.APULO	
WALTER PINHEIRO	PT	BA	NIVEL MEDIO	TELEBAHIA DEFENSORIA PÚBLICA	
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	DIREITO		
WILSON SANTOS	PMDB	MT	DIREITO	SEC EDUC MT	PROFESSOR
YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	ECONOMIA	UFRGS	PROFESSOR
ZELINDA NOVAES	PFL	BA	DIREITO	SEC EDUC BA	PROFESSOR